



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA 26ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE NOVEMBRO DE 2023

ATA Nº. 30 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. VOTO DE LOUVOR À OEIRAS DANCE ASSOCIAÇÃO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
 - 3.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.4. SR.ª DEPUTADA FÁTIMA FILIPE (PS)
 - 3.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 3.6. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.7. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.8. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.10. SR.ª DEPUTADA SÍLVIA SANTOS (PS)
 - 3.11. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.12. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.13. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.14. SR.ª DEPUTADA FÁTIMA FILIPE (PS)
 - 3.15. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 898/2023 – GAF - RELATIVA À

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE
OEIRAS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NO ANO 2023

- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.1.1.1. SR.ª DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.1.1.2. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 948/2023 – DMAG/DFP/DP -
RELATIVA À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO
DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA
CONTINUIDADE DA RUA GOMES EANES DE ZURARA, EM QUEIJAS
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 949/2023 –
DMOGAH/DHM/DCH - RELATIVA ÀS REPROGRAMAÇÕES FINANCEIRAS A 16
CONTRATOS DOS NOVOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO (NPH), NO ÂMBITO DO
PRR
- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 950/2023 –
DMOGAH/DHM/DCH - RELATIVA AO PROC. N.º 30/DCH/2023, LOTE 2 – “PRR -
EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SITOS NA AVENIDA JOÃO
DE FREITAS BRANCO, N.º 23, BAIRRO LAVEIRAS CAXIAS, OEIRAS” - 1.ª
REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO
- 4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 951/2023 –
DMOGAH/DHM/DCH - RELATIVA AO PROC. N.º 30/DCH/2023, LOTE 3 – “PRR -
EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SITOS NA AVENIDA JOÃO
DE FREITAS BRANCO, N.º 25, BAIRRO LAVEIRAS CAXIAS, OEIRAS” - 1.ª
REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO
- 4.4.1. VOTAÇÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 952/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - RELATIVA AO PROC. N.º 4/DCH/2023 – “PRR - REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS SITOS NA RUA INDIVERI COLUCCI, N.ºS 5, 7, 9, 11, 13 E 12, 14 E 16 - ALTO DA LOBA - PAÇO DE ARCOS, OEIRAS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE APROVAÇÃO DE PROPOSTA PARA 1.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.7. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA (CLS) DE OEIRAS - APRECIADO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 5.1. SR.ª EDITE ANTUNES PEREIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.2. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.3. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 5.4. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.5. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO <i>Unanimidade</i>			
<i>a 19-12-2023</i>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	2		
PSD	3		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	1		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CARVALHO QUEIJAS	1		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS	1		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 26ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE NOVEMBRO DE

-----ATA Nº. 30 / 2023-----

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Mónica dos Santos Albuquerque

Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Romeu Rabaça Monteiro, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 898/2023 – GAF - relativa à Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras para apoio à realização de Festividades no ano 2023;
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 948/2023 – DMAG/DFP/DP - relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado do Município de uma parcela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de terreno sita na continuidade da Rua Gomes Eanes de Zurara, em Queijas;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 949/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa às Reprogramações Financeiras a 16 Contratos dos Novos Programas de Habitação (NPH), no âmbito do PRR;--- -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 950/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa ao Proc. N.º 30/DCH/2023, Lote 2 – “PRR - Empreitada de Requalificação dos Edifícios sitos na Avenida João de Freitas Branco, N.º 23, Bairro Laveiras Caxias, Oeiras” - 1.ª Reprogramação Financeira - Ratificação de despacho; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 951/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa ao Proc. N.º 30/DCH/2023, Lote 3 – “PRR - Empreitada de Requalificação dos Edifícios sitos na Avenida João de Freitas Branco, N.º 25, Bairro Laveiras Caxias, Oeiras” - 1.ª Reprogramação Financeira - Ratificação de despacho; -----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 952/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa ao Proc. N.º 4/DCH/2023 – “PRR - Requalificação de Edifícios sitos na Rua Indiveri Colucci, N.ºs 5, 7, 9, 11, 13 e 12, 14 e 16 - Alto da Loba - Paço de Arcos, Oeiras - Ratificação do Despacho do Senhor Presidente da Câmara de Aprovação de Proposta para 1.ª Reprogramação Financeira; ----

7. Apreciação do Relatório de Avaliação do Contrato Local de Segurança (CLS) de Oeiras.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Está na ordem de trabalhos a aprovação de uma ata, da ata número vinte e oito, mas eu não vou pôr à votação essa ata porque alguns colegas não tiveram ainda oportunidade de a ler e, por isso, foi pedido que adiasse a votação desta ata.-----

----- Deu entrada na Mesa um voto de louvor, voto de louvor esse que passo a ler, e não irei ler os diferentes prémios que foram atribuídos a esta associação, mas vou ler o voto de louvor à Oeiras Dance Associação.”-----

3.2. VOTO DE LOUVOR À OEIRAS DANCE ASSOCIAÇÃO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Louvor referido em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“A Oeiras Dance Associação é uma associação cultural, recreativa e desportiva sem fins lucrativos, de âmbito Nacional e presença Internacional, que dinamiza a academia de dança Oeiras Dance Academy e produz o All Dance Portugal.-----

-----A Oeiras Dance Associação surgiu em setembro de dois mil e catorze, engrandecendo o ensino de Dança em Oeiras. Tornando-se um espaço de proximidade com um ensino de excelência por professores credenciados. -----

-----O projeto conseguiu colocar a dança no dia a dia dos Oeirenses (e não só, tem alunos desde a Ericeira a Alverca), colaborando para a dinamização do Centro Histórico com variadas iniciativas culturais e ainda efetuando parcerias com diversas empresas e associações desde locais a multinacionais. -----

-----A Oeiras Dance Associação realiza todos os anos uma Gala onde apresenta o trabalho desenvolvido ao longo do ano. E nesse espetáculo participam a maioria dos alunos da Academia de todos os estilos de dança criando-se um magnífico espetáculo de dança. A VIII Gala aconteceu integrada nas Festas de Oeiras, apresentando em palco quatrocentos alunos em cinquenta e cinco coreografias diferentes, e registando uma assistência superior a mil pessoas. -----

-----Também organiza o All Dance Portugal, que em dois mil e vinte e dois, este festival de dança envolveu oitenta e dois grupos/companhias/escolas de todo o país num total de dois mil participantes bailarinos a dançar e sete mil pessoas de público. -----

-----E na edição de abril deste ano de dois mil e vinte e três, o ALL Dance Portugal teve cento e vinte escolas de todo o país, de Melgaço a Portimão, incluindo a Madeira, contando com dois mil e oitocentos participantes bailarinos e dez mil pessoas de público.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em setembro de este ano, e integrado nas Festas de Paço de Arcos produziu novo espetáculo de dança dirigido ao público em geral e de entrada gratuita.-----

----- Em novembro, enquanto representantes do All Dance em Portugal, e com o apoio do Município de Oeiras, e da União de freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, deslocaram-se com a sua delegação ao Campeonato Mundial de Dança, em Orlando, EUA, tendo conquistado cinco prémios especiais e quinze troféus, em oito estilos diferentes, do Campeonato do Mundo de Dança ALL Dance World twenty twenty three. E fez o pleno de levar quinze coreografias e conquistar quinze pódios em conjunto com prémios especiais bastante difíceis. --- -----

----- Transcrevem-se os prémios atribuídos à Oeiras Dance Associação: -----

----- Grande Corybant Estudante (Melhor escola do nível estudante) -----

----- Prémio de melhor bailarino masculino – divisão Jovens – Afonso Alegre-----

----- Prémio de melhor bailarino feminino - categoria Jovens – Inês Castro -----

----- Prémio de melhor bailarino feminino - categoria Jovens – Alice Godinho -----

----- Solo de Contemporâneo – “Blue Mountain” - Inês de Castro-----

----- Solo de Neoclássico – “Espelho de Água” - Alice Godinho -----

----- Solo de Ballet Contemporâneo – “Inside about” - Afonso Alegre -----

----- Grupo de Contemporâneo – “Flow” -----

----- Grupo de Jazz Open – “Your majesty” -----

----- Grupo de AllDance – “Lost Minds” -----

----- Grupo de Hip-Hop – “Feeling Groovy” -----

----- Grupo de Commercial – “Pink Spice” -----

----- Dueto de Urban Show – “Feel the Rhythm” - Ana e Raquel-----

----- Solo de Hip-Hop – “Freak in me” – Ana-----

----- Solo de Urban Show – “Infinity Energy” – Belkiss -----

-----Solo de Hip-Hop – “On My Way” – Ruben -----

-----Solo de Contemporâneo – “Embrasse Moi” - Margarida Sequeira -----

-----Solo de Ballet Contemporâneo – “Cidade da Saudade” - Alice Viegas -----

-----Solo de Hip-Hop – “Crazy Party” — Vitória-----

-----Também uma palavra de incentivo e felicitações para o seu diretor-Executivo Pedro Fidalgo Marques, por todo o trabalho desenvolvido em prol da Dança, de Oeiras e do país. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Inovar da Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, propõe um voto de Louvor à OEIRAS DANCE ASSOCIAÇÃO por ter conquistado cinco prémios especiais e quinze troféus, em oito estilos diferentes, do Campeonato do Mundo de Dança ALL Dance World twenty twenty three.” -----

3.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Louvor, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi provada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 169/2023** -----

----- **VOTO DE LOUVOR À OEIRAS DANCE ASSOCIAÇÃO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Louvor à Oeiras Dance Associação por ter conquistado cinco prémios especiais e quinze troféus, em oito estilos diferentes, do Campeonato do Mundo de Dança

All Dance World 2023. -----
-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.3. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte:-----

-----“Só um “bocadinho”, Senhora Presidente, que estou aqui com uma dificuldade técnica. Não sei se mais alguém se inscreveu.... É só porque o meu ficheiro está a carregar. Não, ele está a pensar... -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente. Então na sua pessoa cumprimento todos os presentes e cumprimento-a a si também. -----

-----Começo hoje (ponto Antes da Ordem do Dia) pela situação vivida hoje de manhã no Largo Comandante Augusto Madureira. -----

-----É fundamental que o Executivo de Oeiras esclareça as circunstâncias em que se deu este abatimento do piso, numa galeria da Ribeira de Algés, perto do Centro de Saúde construído também em leito de cheias. Não podemos continuar a considerar normais decisões que impedem a infiltração da água. -----

-----A narrativa de que as cheias de Algés foram casos isolados e de que as responsabilidades se devem "à água que vem de outros concelhos" não colhe, num concelho que está a impermeabilizar a ritmo elevado, através da construção em leito de cheia de várias urbanizações, algumas com amplo enquadramento e suporte do executivo e algumas até de iniciativa municipal, a montante de Algés e que se estendem pela bacia desta ribeira até ao Alto de Carnaxide e do Alto da Montanha, passando pelo Parque dos Cisnes em Miraflores, rente à Ribeira de Algés e o recente edifício do World Trade Center Lisboa e ainda toda a construção em planos que a Câmara promove a montante da Baixa de Algés, que é uma zona de risco de cheias rápidas, como todos sabemos.-----

-----As decisões de planeamento do território têm de ter em conta as mudanças que já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estamos a assistir em contexto de alterações climáticas. O que continuamos a assistir em Oeiras é o agravar dos problemas e não à sua minimização para proteção da população de Algés.-----

----- Como já em fevereiro referimos no debate específico promovido pelo Grupo Político Evoluir Oeiras aqui nesta Assembleia Municipal sobre as cheias de Algés, o IN-OV não mencionou a questão da construção do Caneiro nem no seu programa eleitoral de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, nem no de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco e, portanto, também não nas Grandes Opções do Plano nos últimos oito anos. -----

----- E eu assim gostaria de colocar as questões: que informação tem a Câmara Municipal de Oeiras sobre as circunstâncias em que ocorreu este abatimento? -----

----- A Câmara Municipal contactou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil ou outra entidade que possa investigar as causas do problema e propor soluções? -----

----- Que diligências já tomou no sentido de estudar aquilo que aconteceu? -----

----- Que medidas de emergência está a tomar a Câmara no sentido de informar e proteger a população de Algés e prevenir novos abatimentos? -----

----- Quantos prédios estão situados por cima desta galeria da ribeira e que segurança é conferida então a estas pessoas? -----

----- Muito obrigada.” -----

3.4. A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Vinte e cinco de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, foi instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas em mil novecentos e noventa e nove. -----

----- A violência contra mulheres e raparigas é uma das mais graves violações dos direitos humanos que agride a essência da dignidade da pessoa humana. -----

----- Todo o tipo de violência contra as mulheres, visa a sua submissão e controlo a um poder patriarcal machista limitador da sua liberdade e autonomia, com o fim último de as tornar

dependentes. -----

-----Nuno Gradim, da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), defendeu a necessidade da "desconstrução de determinados tipos de estereótipos, de alguma masculinidade tóxica que analisa as relações nas intimidades como relações de controlo e poder", um poder relacionado "com formas miméticas de uma sociedade patriarcal, em que muitas vezes a própria família reitera e replica essas relações". -----

-----Apesar dos avanços, continua a persistir "uma desigualdade de género enraizada e estrutural e uma normalização da violência contra as mulheres que ainda não foi eficazmente combatida", defendeu Elza Pais na véspera do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. -----

-----Os governos do Partido Socialista têm sido pioneiros há mais de duas décadas, nas políticas de igualdade de género e na atribuição do carácter público neste tipo de crime, e na criação de legislação de proteção das vítimas. -----

-----Neste sentido, a Ministra Ana Catarina Mendes assumiu a "preocupação do Governo" de que resultaram medidas incluídas na proposta do Orçamento de Estado para dois mil vinte e quatro, nomeadamente "a atribuição de um subsídio de apoio às vítimas de violência doméstica".

-----Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, -----

-----O flagelo da violência contra as mulheres e raparigas não dá tréguas. -----

-----Os dados oficiais do Relatório Anual de Segurança Interna relativos a dois mil e vinte e dois, indicam que a violência doméstica representa um aumento de quinze vírgula oito por cento, trinta mil quatrocentos e oitenta e oito casos.-----

-----A violência doméstica contra cônjuge ou análogo representa oitenta e seis por cento de toda a violência doméstica, sendo que a violência contra as mulheres em contexto relacional corresponde a setenta e dois ponto quatro do total dos mais de vinte e nove mil casos. -----

-----Em Oeiras, em dois mil e vinte e dois registou-se uma subida de onze vírgula três neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tipo de crime, trezentos e noventa e quatro casos. -----

----- O Observatório das Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta, classificou como femicídios quinze dos vinte e cinco assassinatos de mulheres registados até quinze de novembro deste ano. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente: -----

----- A municipalização das políticas públicas para a igualdade passa pela atualização do Plano Municipal para a Igualdade, que continuamos a aguardar. -----

----- Esta é uma política que nos responsabiliza a todos, com impacto direto nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. -----

----- De vinte e cinco de novembro a dez de dezembro decorre a segunda Campanha Internacional, dezasseis dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Raparigas. ---

----- Pretende-se que a União Europeia adote a Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica. Encontra-se, on-line na plataforma fimdaviolencia.pt, a petição “Torna a Europa um lugar seguro para todas as mulheres e raparigas” que vos convidamos a subscrever. -----

----- Gostaríamos igualmente que o município se envolvesse nesta campanha e que promovesse a subscrição desta petição. -----

----- Há um ano por ocasião da sinalização do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, esta Assembleia aprovou uma Recomendação ao executivo municipal, proposta pelo Partido Socialista, de criação de um código de conduta e de ética, uma referência externa e interna, exemplo de exigência, integridade, rigor e responsabilidade no Município de Oeiras. -----

----- Perguntamos: qual o ponto de situação sobre a eventual elaboração do Código de Conduta e de Ética?” -----

3.5. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhora Presidente, pedi a palavra apenas para lembrar uma coisa, um pequeno pormenor ao Grupo Evoluir. Na sua bancada existe um geógrafo e bastava fazerem uma consulta interna com esse colega para perceberem definitivamente que as bacias hidrográficas das ribeiras não aumentam ou diminuem à vontade do Grupo Evoluir. A natureza tem regras para definir esses pormenores e essas regras não obedecem à vontade do Grupo Evoluir.-----

-----Não é pelo facto de sistematicamente insistirem que há construção em leito de cheia, que isso acontece. Convenhamos, não é pelo facto de uma mentira ser reiteradamente difundida que ela passa a ser verdade. Não quero lembrar quem é o autor dessa frase, esse pormenor já foi aqui motivo para uma discussão acesa e para um “rasgar de vestes” em público, mas é um facto: uma mentira não passa a ser verdade pelo facto de ser reiteradamente difundida.”-----

3.6. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para dizer o seguinte: relativamente a esta questão, que foi invocada há pouco, também nós temos alguma preocupação, mas ao contrário do Grupo Evoluir, aguardamos pelas explicações da Câmara. Aliás, acho estranhíssimo que um acontecimento que se deu hoje de manhã, o Grupo Evoluir já pretenda que a Câmara esteja na posse de toda a informação possível e necessária. É uma utopia e, mais do que isso, lembrou-me até aquele desenho animado do Speedy Gonzalez.-- -----

-----Acho que as intervenções políticas devem ter alguma capacidade de dar a perceber a quem nos ouve (porque aqui nós percebemos perfeitamente os objetivos), aquilo que é a necessidade de uma explicação, e aquilo que é pura política nesta matéria. Portanto, nós esperamos pela informação da Câmara, que naturalmente a terá, mas daí a ter uma intervenção em duas ou três horas num problema com aquela aparente dimensão, vai um passo muito largo.-----

-----Portanto, este era o nosso comentário em relação a esta questão e aguardamos pelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

explicações da Câmara. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.7. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me começar por remeter para o comunicado do Município na sequência do abatimento de hoje de manhã.-----

----- “O Município de Oeiras informa que esta manhã ocorreu um abatimento da via junto ao Largo Comandante Augusto Madureira, devido ao colapso da conduta naquela secção da Ribeira de Algés. Não há registo de feridos nem de danos materiais. A Proteção Civil de Oeiras deslocou-se imediatamente ao local, tendo vedado toda a zona num perímetro de segurança que irá manter-se até que estejam repostas todas as condições essenciais à normal circulação. No local estão ainda técnicos do Município a remover o entulho resultante deste abatimento, de modo a desobstruir a Ribeira de Algés e libertar o caudal de água”. Nota minha, que os trabalhos de limpeza da Ribeira de Algés naquela secção, que naturalmente com o abatimento ficou suja, com possibilidade de tamponamento, deverão estar concluídos ainda durante o dia de hoje. “O Município de Oeiras tem vindo a alertar insistentemente o Governo e a Agência Portuguesa do Ambiente para a necessidade urgente de obras de reestruturação na Ribeira de Algés naquela secção, junto ao Largo Comandante Augusto Madureira, por forma a aumentar o caudal até à foz”.-----

----- Ora, o que aconteceu, como decorre do comunicado, é que a secção da ribeira cedeu, e houve um abatimento até ao solo. O solo abateu para dentro da secção da ribeira. Portanto, é isto que nós sabemos até agora, naturalmente os serviços já estão a limpar, e estão a preparar a intervenção para recuperar aquela zona do Largo.-----

----- Depois, Senhora Presidente, eu queria aqui publicamente agradecer todo o trabalho de planeamento urbanístico feito pela Senhora Deputada, porque fruto da sua experiência na área do desenvolvimento urbano, da sua experiência profissional de zero anos e da sua experiência técnica na área do urbanismo - nenhuma -, consegue projetar a cidade muito melhor do que os técnicos do

Município de Oeiras, e muito melhor do que todos os arquitetos e os engenheiros que o Município de Oeiras durante décadas colocou no desenvolvimento do território. -----

-----Ora, como nós temos vindo a dizer, há um capítulo de fabulação que nós não vamos discutir mais, porque querer falar do solo, dos usos do solo, que este Executivo está a aprovar construção em catadupa, com a desonestidade intelectual de tentar esconder que não sabem que já estava aprovada há décadas, nós não vamos contribuir para essa discussão. Nós contribuimos para as discussões saudáveis e politicamente honestas. Sabemos todos nesta Assembleia Municipal - exceto os que estavam muito distraídos ou os que verdadeiramente não conhecem o Concelho, porque também os há aqui -, todos os que não estavam distraídos sabem que estamos há anos a tentar proceder à duplicação da obra da Ribeira de Algés. Sabemos as dificuldades que existem com aquela ribeira, sabemos que quando há chuvas fortes o Largo Comandante Augusto Madureira transborda. Ainda hoje tivemos reunião com a administração do Porto de Lisboa, em que estivemos a tratar exatamente da limpeza da boca, da saída da Ribeira de Algés em zona de domínio portuário, porque também está sobrecarregado, o que leva ao aumento do nível da ribeira. Todas estas questões são conhecidas de todas as entidades: do Município, da administração do Porto de Lisboa, da Agência Portuguesa do Ambiente. Toda a gente conhece isto, tal como Vossas Excelências conhecem, porque o Executivo Municipal recorrentemente tem tratado deste assunto. Aconteceu que com as cheias do ano passado, aquela zona da ribeira descalçou junto à parede e hoje, com a fragilização que foi ocorrendo durante o tempo, abateu. Felizmente para nós e para quem tinha competência para, ao longo destes últimos anos, ter previsto a necessidade daquela intervenção, não há danos maiores. Também ao contrário do que foi noticiado, não houve nenhum ferido. Não houve nada disso, felizmente para todos nós. Tratamos apenas de danos materiais, trata-se de limpar aquela secção que ficou suja e trata-se de repor a situação, na certeza de que isto não ficará solucionado enquanto não se proceder à intervenção da duplicação da ribeira. -----

-----É só, Senhora Presidente. Muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.8. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria intervir sobre outra matéria, que de facto até nesta Assembleia a todos interessa. E porquê? Até prova em contrário (e ainda não foi desmentido), o Governo e o Partido Socialista preparam-se neste momento para aprovar em sede da Assembleia da República uma verdadeira “lei da rolha”, relativamente àquilo que é a liberdade de expressão. Eu espero que os representantes do Partido Socialista presentes nesta Assembleia me possam esclarecer. Porque, de facto, o que está em cima da mesa é aumentar entre um terço e um sexto as penas relativamente à divulgação de determinadas expressões, de linguagem, de determinados conceitos por quem quer que seja, ainda que seja no âmbito de uma campanha eleitoral.-----

----- O PSD acha esta situação gravíssima e, aliás, a sua Deputada, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos e Liberdades, a Doutora Mónica Quintela já o fez exprimir e considera gravíssimo que isto possa acontecer, visto que todos nós, nesta Assembleia, poderemos vir também a ser responsabilizados, tanto mais que esse agravamento resulta de divulgações através de meios de comunicação, e não há dúvida que estas sessões têm estado a ser transmitidas. Portanto, tudo aquilo que aqui é dito perpassa no exterior através desses meios. Acho isto, e “nesta altura do campeonato”, passo a expressão, em que o Governo se prepara para deixar de existir..., que esteja em cima da mesa uma situação dessas. -----

----- Deixo este alerta e espero que, neste momento, os Senhores Deputados do Partido Socialista (nomeadamente aqueles que têm melhor acesso a fontes informadas) possam nesta Assembleia esclarecer, porque acho que esta situação é gravíssima, e convém estarmos atentos em relação a isto. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Faltou, o Senhor Vice-Presidente..., não respondeu à Senhora Deputada Fátima Filipe

(PS), não sei se o quer fazer agora? Então faça favor.” -----

3.9. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, com sua licença, e com o meu pedido de desculpas a todos por me ter esquecido de ter respondido à Senhora Deputada Fátima Filipe (PS). -----

-----A questão que nos trouxe é de importância maior. Como deve entender, o Município entende que a violência doméstica, assim como todos os tipos de violência na sociedade, não têm lugar. -----

-----Agora, há uma questão que me surpreende. É que esse regulamento interno está a ser coordenado pela Senhora Vereadora Filipa Laborinho, do Partido Socialista, isto está a ser articulado pela Senhora Vereadora e acompanhado por todos os serviços. Portanto, é um trabalho que tem sido desenvolvido pela Vereadora do Partido Socialista, que tem a igualdade de género nos seus pelouros, que faz parte dos seus trabalhos e está para breve a sua conclusão. -----

-----Dizer também que no dia vinte e cinco foram iluminados os Paços do Concelho de laranja, que é a cor do combate à violência doméstica, e que dia vinte e nove (amanhã) vai ser projetado um filme sobre a violência nas relações de intimidade, exatamente para trazer à discussão o tema. -----

-----O Município de Oeiras tem feito este trabalho, até com grande mérito por parte da Senhora Vereadora Filipa Laborinho. Tem sido a Senhora Vereadora a coordenar estes trabalhos.

-----Muito obrigado, Senhora Presidente. Era só.” -----

3.10. A Senhora Deputada Sílvia Santos (PS) observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Relativamente à questão que foi colocada, eu gostaria primeiro de referir que o Partido Socialista não recebe lições sobre liberdade de expressão dos outros partidos. Somos e sempre fomos defensores da liberdade de expressão e, por outro lado, relativamente a esta matéria, isto é uma questão que diz respeito a todos e, portanto, não só nesta Assembleia, mas também na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia da República, o Partido Social Democrata terá oportunamente voz relativamente àquilo que acabou de ser dito. -----

----- E eu reitero, não há maior partido e melhor partido para a defesa da liberdade de expressão, que o Partido Socialista. -----

----- Muito obrigada.” -----

3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu gostava de começar por agradecer ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal por não ter respondido a absolutamente nenhuma das questões que eu coloquei e, portanto, como vem sendo hábito, colocaremos por requerimento e esperamos que não demore meses a responder.

----- Já que estamos a falar de requerimentos também queria, à semelhança do colega Pracana, do PSD, colocar uma questão que também acho que é do interesse de todos aqui na Assembleia, e também que é relativa a requerimentos que temos vindo a entregar ao longo do tempo.-----

----- Relativamente às respostas que vêm sendo dadas aos requerimentos do Grupo Político Evoluir Oeiras: dos oitenta e cinco requerimentos efetuados por esta bancada nos últimos dois anos de mandato, trinta e um encontram-se a aguardar resposta. Gostaria de focar a intervenção na resposta ao requerimento trinta e quatro de dois mil e vinte e três que foi efetuado na sequência da nossa intervenção na Assembleia de vinte e cinco de julho. Na altura criticámos a atribuição de subsídios a entidades culturais por as mesmas serem atribuídas ad hoc e sem critérios definidos e regras. Questionei na altura a inexistência de um regulamento para atribuição de subsídios nesta área e o Senhor Presidente da Junta de Carnaxide (que eu estive à espera que chegasse, para me poder ouvir, mas pronto, junto...) afirmou na altura que o regulamento existia e não foi desmentido pelo Executivo nessa reunião. Assim eu entreguei um requerimento (tal como irei fazer hoje para outras questões) no mesmo dia solicitando o envio desse Regulamento de apoio ao associativismo

cultural do Município, que o Senhor Presidente de Junta dizia que existia. -----

-----Gostava de vos ler um excerto da resposta desse requerimento, que diz assim: -----

-----“Sempre se revelou fundamental a definição de regras para atribuição de benefícios públicos ao Associativismo Cultural e Recreativo”. Em dois mil e cinco foi aprovada em Reunião de Câmara uma proposta de Regulamento de Apoio às Associações Culturais e Recreativas, documento esse que embora não tenha sido encaminhado para deliberação em sede de Assembleia Municipal tem servido de base, ao longo dos anos, para a atribuição de benefícios públicos às entidades identificadas como Associações não lucrativas e/ou amadoras neste sector.”-----

-----E aqui queria-me dirigir à Mesa da Assembleia Municipal, a todos os deputados, aos Senhores Presidentes de Junta, em especial ao de Carnaxide e Queijas que não está e dizer (e também ao executivo) que este é o papel dos deputados municipais. É o papel de fiscalização e de garantir que são cumpridas as regras. Um regulamento que não veio à apreciação da Assembleia Municipal não é um regulamento válido, e não foi publicado nem em Diário da República nem no Boletim Municipal e, portanto, como eu disse na altura e volto a dizer hoje, era uma porta aberta para atribuição ad hoc de subsídios.-----

-----Como resultado desta minha questão que colocámos nessa altura, da resposta ao requerimento que foi dada, em resultado dessa troca de ideias que foi tida aqui em sequência do requerimento respondido, como resultado a Câmara Municipal já iniciou na reunião de Câmara de dia vinte e dois de novembro, na proposta novecentos e noventa e um, o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão dos Apoios Municipais na Área da Cultura.

-----E, portanto, “elaboração” significa que era um regulamento que não existia, e agora existirá. Esse é o nosso papel e é o papel que nós também fazemos aqui todos os dias. -----

-----Muito obrigada.”-----

3.12. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, por acaso, hoje estive com vários requerimentos que a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputada entregou. Eu não tinha a ideia de que tinha entregue oitenta e cinco requerimentos.” ---

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Em dois anos.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “... em dois anos e que, desses oitenta e cinco, cinquenta e quatro já tinham sido respondidos.-----

----- É que a Senhora há requerimentos que faz em duplicado. Por exemplo, diz aqui, faz um requerimento oralmente e, depois passado uns dias manda esse requerimento por escrito. Se não houver realmente uma atenção devida, nós estamos a enviar para a Câmara as coisas em duplicado, porque a maior parte dos requerimentos que a Senhora aqui faz, não é a Assembleia Municipal que pode responder, é a Câmara Municipal. Agora, eu não sei se na Câmara Municipal, porque não conheço bem a orgânica da Câmara, mas se na Câmara Municipal haverá alguma divisão para responder a requerimentos dos senhores deputados. Eu já vi que a Senhora pretende usar da palavra, mas se não se importa, eu vou esclarecer por que motivo é que os seus requerimentos, por vezes, demoram algum tempo a ser respondidos.-----

----- É porque... Eu sei que é o papel de um membro da Assembleia fiscalizar a atividade camarária, mas eu não sei se será papel de um membro da Assembleia entupir os serviços com requerimentos, uns em cima dos outros e uns em duplicado, outros que já foram entregues. E na realidade, eu não sei se algum grupo político aqui presente - e não vamos dizer que não são atuantes e que não são responsáveis - entregou oitenta e cinco requerimentos nos dois últimos anos. Talvez não seja bem esse o nosso papel. O nosso papel, realmente, é estar atentos, atuantes, mas entupir os serviços camarários com requerimentos, não é certamente.-----

----- Peço-vos que tenha e, enfim, dirijo-me só a si, porque só a Senhora é que faz esse tipo de requerimentos, que tenham cuidado de não estarem a fazer os requerimentos em duplicado. ---

----- Disse-lhe que lhe passaria a palavra, mas não o posso fazer, porque a Senhora já

esgotou o seu tempo de intervenção.” -----

3.13. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é muito rápido, só para lhe esclarecer a questão, ao abrigo do artigo cinquenta e três, tenho um minuto para prestar o esclarecimento.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não, não há. Desculpe. -----

-----Senhora Deputada, não há rapidez. A Senhora já esgotou o seu tempo de intervenção. Acabou. Eu vou dar a palavra...” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, já houve... E por isso, ao abrigo do artigo cinquenta e três, pedi um minuto para esclarecer a Senhora Presidente.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não preciso de esclarecimento.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, pode cumprir o Regimento e deixar-me esclarecer a questão?” -

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não, não pode, Senhora Deputada. Senhora Deputada, não pode intervir, esgotou o seu tempo.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, os requerimentos orais sistematicamente não eram respondidos...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Esgotou o seu tempo.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“..., portanto, não é duplicado. E se não querem requerimentos, então respondam às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questões.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, a Senhora realmente, além de tudo, ainda por cima é uma pessoa pouco correta. Eu disse-lhe que a Senhora não tinha tempo para intervir, e a Senhora não lhe interessa nada, faz na mesma a sua intervenção.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

----- “E, portanto, a Senhora faz as considerações que quiser e eu não posso responder.” --

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz na mesma a sua intervenção. Há regras que têm que se cumprir, e a Senhora devia de se habituar a isso, a cumprir as regras. Regras que são para qualquer um de nós.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

----- “Incluindo para a Senhora Presidente. Incluindo para a Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Já não é tão jovem quanto o seu colega que está atrás de si, esse ainda tem bastante que aprender, a Senhora já não é tão jovem quanto ele, faça favor, veja...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)**, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Sim, sim, ela sabe bem porque é que eu lhe estou a dizer isto...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** observou o seguinte:-----

----- “A Senhora Presidente também sabe bem o que é que está a dizer...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “... faça favor de verificar o que é que deve fazer, e uma das coisas é quando não tem tempo para intervir, quando eu o digo, a Senhora não fala sobre aquilo que eu estou a dizer.”-----

3.14. A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Queria esclarecer o Senhor Vice-Presidente de uma coisa. A Senhora Vereadora do Partido Socialista tem, e trabalha bem no Plano Municipal para a Igualdade. Mas não foi sobre isso que eu perguntei. O que eu perguntei foi que há um ano, por ocasião da sinalização do Dia Internacional da Violência Contra as Mulheres, esta Assembleia aprovou uma resolução proposta pelo Partido Socialista, relativamente ao Código de Conduta e de Ética. Isto não tem nada a ver com o Plano Municipal para a Igualdade, e foi isto que eu perguntei.-----

-----“Código de conduta e de ética, uma referência externa e interna, exemplo de exigência, integridade, rigor e responsabilidade no Município de Oeiras”. Foi isto que eu perguntei, Senhor Vice-Presidente.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) disse o seguinte:-----

-----“O Senhor Vice-Presidente entende.”-----

3.15. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia? Não há mais questões a colocar? Pergunto à Câmara se quer fazer alguma intervenção? Não havendo, meus senhores, então encerramos o Período Antes da Ordem do Dia e vamos entrar no Período da Ordem do Dia, nos nossos pontos da Ordem de Trabalhos.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 898/2023 – GAF - relativa à Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras para apoio à realização de Festividades no ano 2023 (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Isto ficou adiado da última reunião, por uma questão de uma certidão. A certidão já chegou, portanto já todos os senhores consultaram. Penso que podemos passar à votação. -----

----- Quer falar? Então faça favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:**-----

----- “Senhora Presidente, na sequência do que foi dito na última reunião da Assembleia Municipal, em que infrutiferamente não fui capaz de explicar o porquê de não ser necessário a proposta estar válida na altura da votação na Assembleia Municipal, solicitei aos serviços que explicassem o procedimento e o porquê do procedimento ao longo de décadas do Município de Oeiras. -----

----- Dizem o seguinte os serviços: “em resposta à questão levantada na Assembleia Municipal relativamente à PD oitocentos e noventa e oito, sobre a caducidade da certidão da Segurança Social da União da Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias ao dia da sessão da Assembleia Municipal, o nosso entendimento é a obrigatoriedade da validade das certidões de não dívida à AT (Autoridade Tributária) e Segurança Social referindo-se a apenas dois momentos: o da instrução do processo pelos serviços e o do pagamento. Ora, neste caso, a certidão em questão estava válida e consta no processo enquanto tal, tanto na instrução como inclusivamente, no momento da aprovação pelo órgão executivo. Os normativos que regem esta questão são o decreto-lei cento e cinquenta e cinco/noventa e dois e vinte e oito de dois mil e sete, Regime da Administração Financeira do Estado, que diz no artigo trigésimo primeiro “a confirmação da situação tributária no âmbito dos pagamentos por entidades públicas”, número um, alínea a) “os serviços antes de efetuarem os pagamentos, devem verificar se a situação tributária e contributiva do beneficiário do pagamento se encontra regularizada quando se insira na execução de um procedimento administrativo, cuja instrução ou decisão final seja exigida a apresentação

das certidões e quando já tenha decorrido o prazo de validade das mesmas”, ou seja, a verificação tem de ocorrer apenas no momento da instrução do processo pelos serviços e no momento do pagamento. Aliás, a decisão de aprovação terá sempre a sua eficácia condicionada à revalidação dos documentos em causa para efeitos de pagamento, portanto, não faz qualquer sentido garantir que os documentos estejam validados durante o período de toda a tramitação deliberativa, como, aliás, nunca se colocou como questão administrativa ou jurídica.” -----

-----É isto que me responderam os serviços às questões da última Assembleia Municipal.

-----Senhora Presidente, muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu não iria intervir neste ponto, não fossem estas declarações do Senhor Vice-Presidente. Portanto, resumindo, de tudo o que disse, o documento tem que estar válido e não caducado na altura que o processo é instruído, quando vai à Câmara também, como referiu que estava válido, mas depois para a Assembleia Municipal, que também fazem aqui a deliberação, porque senão a proposta não vinha aqui, ou não teria que vir aqui, para isso já não é preciso estar válido. E, depois, para o momento do pagamento. Para o momento do pagamento estamos todos de acordo, que não se paga se não estiver válido, outra coisa é os documentos que são fornecidos para a votação. E também podia citar aqui uma série de leis e de regras que também escrevi aqui para lhe para citar (não vou ler), mas a questão é que tanto se o RCBE, o Registo de Beneficiário Efetivo, como o documento da Segurança Social e da Autoridade Tributária indicam que não têm dívidas da instituição, têm que estar válidos, porque são fundamentais para a deliberação que aqui é tomada e, portanto, até também ao abrigo do direito dos interessados à informação, os deputados podem considerar que é informação essencial para a tomada de decisão que os documentos estejam válidos. Portanto, não é esse parecer jurídico que vai mudar a opinião dos deputados aqui, pelo menos a minha, do nosso Grupo Político. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só queria chamar a atenção, Senhora Presidente, Senhores Deputados, que afinal, para alguns, a lei não interessa para nada.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Não é o parecer jurídico que muda a opinião.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “O que é importante aqui não é o parecer jurídico. O parecer jurídico apenas vem refutar, vem lembrar a quem não conhece a lei, que a lei diz exatamente isto que aqui foi dito, mas, pelos vistos, há Senhoras Deputadas que não querem..., têm opinião própria e a opinião delas sobrepõe-se à lei. Portanto, o que aqui foi dito, é o que está na lei e foi esclarecido, de maneira que há quem teime que as normas que devem valer não são as que estão na lei, mas aquelas que eles querem que valham. Portanto, vê-se a importância que algumas pessoas dão à lei, está visto, está aqui bem exemplificado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Eu nem vou entrar num debate jurídico até porque, ao contrário do Senhor Presidente, eu não tenho formação de jurista, mas há uma coisa que eu já reparei lidando com vários juristas. Quer dizer, interpretações da lei há para todos os gostos, há várias leis também que poderíamos citar aqui, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) já citou uma. E a questão do acesso ao direito à informação, como foi referido, não é de importância menor e não é de importância menor que nós fiscalizemos a validade dos documentos no momento em que eles vêm a deliberação nesta Assembleia Municipal, e nós devemos fazê-lo, porque, como vimos noutra proposta que foi deliberada na mesma reunião da Assembleia Municipal, em que esta proposta originalmente

também aqui veio, depois temos a Câmara a pagar quotas antes de ter vistos do Tribunal de Contas, que também são exigidos por lei.-----

-----Portanto, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente antes de virem tentar dar lições sobre conhecimento ou desconhecimento da lei em relação a estas matérias, talvez pudessem ter cuidado também com os procedimentos que encetam na Câmara e, já agora, o Senhor Presidente aí há “bocadinho” estava a dizer que os procedimentos aqui são explicados, depois de muita insistência, depois de muita pressão. É preciso fazermos este trabalho que aqui estamos a fazer, para termos direito sequer a sonhar com uma resposta do Executivo, como aquela que tivemos aqui hoje. Tivemos para este assunto, não tivemos para muitos outros. Mas, portanto, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente tentarem vir aqui ler um parecer jurídico e carimbá-lo como se não fosse possível ter uma opinião distinta, porque é a lei.... Vamos com... Sim. Sim. Sim. Sim. Cita uma lei e acha que isso é equivalente a citar as leis todas pertinentes para este procedimento. O Senhor Vice-Presidente sabe que não é, pode continuar aí a rir-se, mas, Senhora Presidente, nós mantemos a nossa posição.-----

-----Muito obrigado.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- O Senhor Deputado Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 170/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 898/2023 – GAF – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OEIRAS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NO ANO 2023** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e noventa e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de outubro, e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a atribuição às Juntas de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, Junta de Freguesia de Barcarena e Junta de Freguesia de Porto Salvo, uma comparticipação financeira para apoio às despesas inerentes às festas a decorrer no ano de dois mil e vinte e três, no valor de vinte mil euros a cada uma delas; -----

----- A atribuição de trinta e cinco mil setecentos e dezanove euros e quarenta cêntimos à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo que quinze mil setecentos e dezanove euros e quarenta cêntimos, se destinam a apoiar os encargos com o fogo de artifício lançado no encerramento das Festas do Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.1.1.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“A nossa abstenção deve-se a que o apoio serve também para o pagamento de fogo de artifício, e por essa razão nos abstivemos. -----

-----Obrigada.” -----

4.1.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, muito obrigada. -----

-----Era só para informar que faremos chegar uma Declaração de Voto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras votou a favor da proposta de Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras para apoio à realização de Festividades no ano dois mil e vinte e três pois sabemos da importância destas festividades para a população. Contudo consideramos que estas propostas devem corresponder a um plano anual e que deve ser feita uma estimativa anual no início do ano para que as propostas sejam submetidas ao executivo e à Assembleia, órgão deliberativo antes das mesmas ocorrerem. A Proposta de deliberação indica “com o objetivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações, impõem que a eficácia na resolução dos anseios dos munícipes deva ser concretizada por organizações mais próximas dos mesmos, como é o caso das freguesias” O Grupo Político Evoluir Oeiras lamenta que a CMO só tenha esta visão para as festividades e não para outras competências que as Juntas já podiam ter com os necessários recursos humanos e financeiros e que não possuem porque o município não quer, nomeadamente relacionados com limpezas urbanas e áreas verdes. Por isso consideramos que o executivo deve avaliar e encontrar mais pontos de cooperação com as juntas de forma a que a eficácia na resolução dos anseios dos munícipes seja concretizada por organizações mais próximas dos mesmos, como é o caso das freguesias. Relativamente ao comprovativo de não dívida à Segurança Social da UFOPAC que estava caducado e que motivou o adiamento da proposta da reunião anterior para esta, o Grupo Político mantém a sua posição de que os processos tem de ser corretamente instruídos com toda a documentação à data da convocatória, à data da votação das propostas em Assembleia Municipal (e também em Câmara Municipal), os mesmos têm de ser válidos e consequentemente estarem dentro do seu prazo de validade, por serem documentos que são essenciais para suporte à decisão. Ou seja, deve incluir

toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão. À luz dos artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo - B do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão receber os apoios concedidos por entidades públicas. Posto isto, colocar à votação propostas com declarações caducadas em última instância coloca os deputados na posição de terem de votar uma proposta sem terem a informação se a entidade pode ou não receber os apoios concedidos por entidades públicas, neste caso o Município de Oeiras. Ainda conforme CPA - Artigo octogésimo quinto Extensão do direito à informação na redação do número um: os direitos reconhecidos nos artigos octogésimo segundo (Direito dos interessados à informação) a octogésimo quarto são extensivos a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam, como é aqui o caso, relativamente aos Deputados Municipais.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 948/2023 – DMAG/DFP/DP - relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado do Município de uma parcela de terreno sita na continuidade da Rua Gomes Eanes de Zurara, em Queijas (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS) fez a seguinte intervenção: ---

-----“A proposta que estamos a analisar, pretende obter a aprovação da desafetação de um terreno do domínio público municipal para domínio privado municipal, visando a alienação do mesmo, assunto que deve ser tratado com o maior rigor visto tratar-se da gestão do erário público.

-----Ora, esta proposta e respetivos anexos enfermam de erros, ilegalidades, omissões e informações de menor rigor, a todos os títulos reprováveis. -----

-----Vejamos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Primeiro - No ponto quarto desta proposta, isto é, o que se pretende realmente aqui aprovar, o terreno é localizado através da nomeação, de forma descritiva, das suas confrontações. Acontece que a confrontação a nascente está errada, porquanto o terreno não confronta com a Rua João Iteperano Duarte, mas sim com o número cinquenta e nove desta rua. Na forma definida na proposta o referido terreno engloba a propriedade privada do número cinquenta e nove, o que é uma grave ilegalidade; -----

----- Segundo - Não é dado conhecimento a esta Assembleia do relatório número trinta e três de dois mil e dezanove da Comissão Municipal de Avaliações no qual a parcela foi avaliada, tendo o seu valor sido estabelecido em vinte mil setecentos e nove euros e setenta e seis cêntimos. Reputa-se esta omissão de imprescindível reposição da informação em falta; -----

----- Terceiro - Igualmente não é dado conhecimento, a esta Assembleia, do pedido formulado pelo requerente para aquisição do terreno do domínio público municipal. Insta-se, assim, o Executivo a colmatar esta falta; -----

----- Quarto - A planta topográfica do anexo dois não tem praticamente legibilidade, nomeadamente a respetiva legenda é totalmente ilegível. Senhora Presidente, Senhor Presidente, haja respeito pelos deputados desta Assembleia, que não estão cá só para fazer número! Queremos mesmo ver, ler e entender o que nos é colocado para aprovação. Deverá ser esta informação substituída por formato que permita a sua integral leitura; -----

----- Quinto - Na informação do anexo um, da autoria do Departamento de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano, é dada, na figura um, uma localização errada do referido terreno, porquanto o limite sul inclui parte do terreno privado confrontante. Impõe-se maior rigor e a correção deste erro; -----

----- Sexto - Por último, “last but not the least”, o Partido Socialista considera que um processo de desafetação e transferência de dominialidade deverá, obrigatoriamente, definir e textualizar em documento oficial, as coordenadas cartográficas dos vértices do polígono

delimitador do terreno a desafetar. -----

-----Esta é uma condição que reputamos de imprescindível na prossecução de um processo absolutamente inequívoco, de rigor e transparência na gestão dos bens públicos, no presente e no futuro.-----

-----Por todos estes motivos, propomos que a proposta seja retirada para correção de todos os erros e omissões supramencionados, e melhorada nas matérias referidas.-----

-----Se assim não for, votaremos contra, dado que esta proposta tem responsabilidade financeira e sancionatória de acordo com a lei orgânica do tribunal de contas.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

-----“Eu queria agradecer a intervenção da Senhora Deputada Teresa Sá Pereira do Partido Socialista, porque ela revela bem que aquilo que estávamos a falar neste ponto, e aquilo que estamos a falar neste ponto, não é um problema legal, Senhora Presidente, isto é um problema político e é um problema de rigor (como também já falámos na última Assembleia). Tem sido recorrente (e Senhora Presidente, eu peço-lhe que apele junto da Câmara para tentar corrigir isto, na medida do que lhe for possível, que eu sei que as capacidades, certamente, serão aquelas que são)... é constante a chegada a esta Assembleia Municipal, de propostas que estão feridas, fatalmente, de erros que não permitem a sua deliberação. Sejam certidões da Segurança Social, sejam vistos do Tribunal de Contas que não foram dados à adesão a sociedades e pagamentos de quotas que a Câmara fez sem ter o visto do Tribunal de Contas, sejam propostas mal instruídas, sejam propostas que são praticamente ilegíveis, sejam propostas que não se percebem, que não fazem sentido... Portanto, Senhora Presidente, estou certo que o Senhor Vice-Presidente, na próxima Assembleia, virá para aqui munido de batalhões de juristas e de pareceres jurídicos, para dizer que isto é tudo legal, mas a questão é que o debate não é legal, o debate é político. E, nós estamos perante uma sucessão lastimável de trapalhadas da Câmara nas últimas reuniões da Assembleia Municipal, e, Senhora Presidente, eu peço-lhe que faça aquilo que está ao seu alcance,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para que isto não continue. Isto é lesivo dos interesses desta Assembleia Municipal, é lesivo dos interesses do Município e não pode continuar, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Visto que o requerente interessado na compra do terreno não se encontra identificado, conforme exige o artigo cento e cinquenta e dois, e seguintes, do Código Administrativo, no que concerne ao gestor do procedimento, e do valor se considerar muito reduzido, sendo a informação facultada escassa... para que conste em ata, o Partido Chega votará contra. -----

----- Porque é que a documentação anexa, vem datada de dois mil e vinte, assinada pela Senhora Arquitecta Andreia? Será que já existe no terreno alguma moradia construída? -----

----- Questiona ainda o Partido Chega, se qualquer munícipe poderá comprar esse terreno.”

----- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “A nossa intervenção sobre esta matéria, liga-se, não tanto a questões de formalidade, mas à natureza da proposta em si, esta desafetação do domínio público, para integrar no domínio privado, e conseqüentemente uma alienação. -----

----- Em princípio, não vemos aqui um problema. Trata-se de uma situação muito concreta de uma parcela, que foi precariamente utilizada, mas que estava no domínio público, sendo que esse domínio público nunca chegou a ser concretizado, de uma forma concreta, de uma forma ativa, de uma forma que lhe desse sentido como espaço público. No entanto, está numa zona de franja entre o perímetro urbano de Queijas e a zona de encosta para a Ribeira do Jamor, numa área que também se relaciona com umas ocupações informais de hortas e de antigos moinhos daquela zona. -----

----- Parece-nos que do ponto de vista da proposta em si, não temos uma objeção concreta, e, portanto, não inviabilizaremos qualquer aprovação desta proposta, mas chamamos à atenção para que, estas situações de transição entre o espaço urbano e espaços que não estão ocupados, mas têm um valor paisagístico, um valor eco sistémico, um valor até produtivo (como as hortas

que estão ao lado assim demonstram), possam passar a ter um papel mais ativo na organização do nosso território, nestas pequenas intervenções mais cirúrgicas de articulação entre os espaços abertos e espaços urbanizados. E, portanto, estas pequenas bolsas, que aqui, concretamente, não se afiguram de maior importância, mas no seu conjunto podem vir a ser um elemento, ou um recurso interessante para o Município. -----

-----Era apenas deixar esta nota, mais como uma reflexão futura, e não propriamente um aspeto formal que aqui levantamos.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Em relação a esta proposta, eu refleti sobre a intervenção da Senhora Deputada do Partido Socialista, e independentemente de algumas das questões que ela levantou, e que a Câmara irá com certeza esclarecer e esclarecer-nos, no fundo, a sua intervenção termina por procurar, de alguma maneira, condicionar esta Assembleia com a tomada de uma decisão, nomeadamente de aprovação, em função da tal responsabilidade financeira. Ela existe quando tem que existir, mas naturalmente tem que haver justificação para que ela exista. -----

-----Ora bem, eu poderei ter aqui algumas dúvidas, mas não me parecem ser de ordem a poder colocar em causa aquilo que, aliás, há muitos anos se vem fazendo nesta Assembleia, ou seja, não é a primeira proposta, em que há desafetações para depois, por razões de planeamento, de interesses de alguns particulares... Eu pretendia aqui dois esclarecimentos: quem é que fez a avaliação do custo do metro quadrado deste terreno, por um lado, para saber se ele e aquilo que dele resulta, se está ajustado em função do seu objeto, porque, no fundo, isto destina-se a logradouro sem potencial construtivo (é um aspeto que é relevante), a pessoa em causa não poderá, realmente, construir nesse espaço. -----

-----E, por outro lado, dizer que esta proposta acabou por ser aprovada por unanimidade na Câmara. Portanto, também estranho, que a Senhora Vereadora do Partido Socialista, não esteja de tal forma alertada como estava aqui o Grupo Parlamentar, para colocar as questões que deveriam,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

logo nessa altura, ser colocadas. -----

----- Eu não pugno pela retirada da proposta, parece-me, no entanto, que a Câmara deverá esclarecer um pouco melhor esta situação, por forma a tirar algumas dúvidas que porventura possam existir, aos senhores deputados.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra, sobre este ponto? -----

----- Não havendo mais inscrições, eu pergunto se o Senhor Presidente, ou o Senhor Vice-Presidente, pretendem usar da palavra?” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta proposta não tem qualquer esclarecimento a dar. Na verdade, ela é suficientemente esclarecedora, é uma proposta rigorosamente igual a centenas de propostas que têm vindo aqui sobre a mesma matéria.-----

----- Na realidade, do que se trata, é de desafetar um terreno do domínio público, para o domínio privado, para na sua vez ser integrado numa parcela de um terreno privado. Isto faz-se às centenas. Normalmente estamos a falar de terrenos de pequena dimensão, que estão encravados, estão inseridos junto de uma determinada propriedade que a Câmara Municipal não trata, e que é complicado e, portanto, não ficando integrado numa propriedade privada... até poupamos água, porque não é preciso regar as árvores, pois o privado depois rega-as, faz lá até uma horta, faz um jardim... porque estamos a falar de terrenos que não admitem construção, é do que estamos a falar, é da integração do logradouro da casa.-----

----- Neste caso concreto, o requerente veio apresentar exposição à Câmara... isto sobre as dúvidas, porque sistematicamente se faz aqui uma acumulação de erros materiais, disto, daquilo, apresentando os serviços municipais como pouco rigorosos... na realidade até nem fica bem. Sistematicamente colocar aqui em causa o rigor, a capacidade e a competência dos serviços municipais... Ora bem, neste caso, eu tenho que vos ler aqui, porque vocês têm tudo aí. Não

percebo, está tudo aí na proposta: “O requerente, veio apresentar exposição à Câmara, com o requerimento de dois mil e noventa e cinco de dois mil e dezassete, com o intuito de se propor adquirir uma parcela municipal, localizada na continuidade da Rua Gomes Eanes de Zurara e confinante com a sua propriedade na Rua Iteperano Duarte...”, a única coisa esquisita que está aqui é o Iteperano, que é um nome que não é muito vulgar, “... número cinquenta e nove, em Queijas, a integrar o logradouro da sua moradia”, vem o mapa, vem o ortofotomapa, com a localização devidamente identificada do terreno, e os antecedentes da análise, pelo “requerimento treze mil novecentos e cinquenta e três de dois mil e dezasseis, apenso ao processo cento e trinta e seis de dois mil e catorze – da análise do logradouro em causa verificou-se que o processo de aquisição da respetiva parcela de terreno (domínio municipal por cedência no âmbito do Alvará um/oitenta e três) não chegou a ser concluído”, em oitenta e três nem eu era Presidente de Câmara, “processo quatro quatro oito de mil novecentos e oitenta e dois – de acordo com o constante do processo de construção da moradia, foi autorizada a utilização da parcela de terreno, com duzentos e noventa e três metros quadrados, a título precário e transitório sem qualquer construção, pelo facto da parcela na altura ainda não estar na posse da Câmara (cedência do Alvará um/oitenta e três). Foi então notificado o requerente, proprietário da moradia, no sentido de ser convidado a concluir o respetivo processo, regularizando a ocupação do terreno municipal. O processo foi enviado para a Comissão Municipal de Avaliações para avaliação da parcela”, está aqui respondida a questão que o Senhor Deputado Pracana (PSD) colocou: “Pelo requerimento dois mil e noventa e cinco de dois mil e dezassete – vem o requerente expor que mantém o interesse na aquisição da parcela; este interesse decorre de um pedido de utilização a título precário da parcela até resolução do registo da mesma (requerimento seis um dois seis/mil novecentos e oitenta e cinco, apenso ao processo quatrocentos e quarenta e oito/mil novecentos e oitenta). Este pedido obteve parecer a nove de dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco do Senhor Presidente da Câmara, onde se refere que o “(...) terreno poderá vir a ser utilizado a título precário e transitório sem qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construção. A parcela em causa faz parte da área de cedência ao Município no âmbito do alvará de loteamento um/oitenta e três (área assinalada a azul)”, está aqui o quadro, e aqui está a moradia, os logradouros de todas as outras moradias, e a única que não tem o logradouro integrado é exatamente esta, “O terreno em referência confina com o alinhamento de logradouros das moradias previstas no Alvará um/oitenta e três. Plano de Diretor Municipal – De acordo com o Plano de Diretor Municipal de Oeiras, publicado em Diário da Republica a catorze de setembro de dois mil e quinze sob o aviso dez quatrocentos e quarenta e cinco de dois mil e quinze, a área de terreno em questão faz parte da Unidade Operativa Norte, sendo classificado como “Solo Urbano-Urbanizado”, na categoria de “Espaço Residencial”, subcategoria “Área consolidada”. Ainda de acordo com a Carta “Estrutura Ecológica Complementar” – a parcela encontra-se abrangida pelas “Áreas de acesso ao sistema de vistas”, não tendo neste caso implicações no desenvolvimento deste processo. Ainda de acordo com o já informado e tendo em conta o enquadramento urbanístico da parcela de terreno, considerou-se adequado o uso da mesma para logradouro e constituindo este remate da malha urbana existente, em conjunto com outro processo de aquisição a decorrer para a parcela confinante a norte desta”, não vale a pena ler mais, está aqui tudo. Portanto, eu não percebo, quais são as dúvidas que aqui são colocadas, onde é que está o erro? Está a parcela identificada em ortofotomapa, está tudo identificado, é um processo igual a centenas de outros... Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, eu não tenho mais nada a dizer. Está tudo aqui na proposta, basta ler, tem aqui todo o esclarecimento, toda a informação que permite às Senhoras e aos Senhores Deputados tomarem uma decisão. Quer dizer, na realidade, é implicar por implicar, parece que se tenta encontrar onde está a vírgula, está mal colocada a vírgula... O essencial da questão, é isto: cedência, desafetação do terreno público para privado, com o objetivo de vender este terreno privado para a integração do logradouro de uma moradia confinante. Avaliação? Avaliação pela Comissão Municipal de Avaliações, como é sempre. Portanto, está já definido qual é o preço do terreno, para espaço verde para integração em logradouro, sem

construção. -----

-----Mais transparência do que isto?”-----

-----A **Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Eu tive o cuidado de ler todo o processo ao pormenor. E, não está em causa a transferência de dominialidade de público para privado, não está em causa, no nosso ponto de vista, inclusivamente a alienação, aliás, eu até tive o cuidado de ir ver o terreno, ir ver como é que aquilo estava lá, fui ao local para ter a certeza do que estou a dizer. O que é grave são as confrontações estarem erradas, porque uma das confrontações inclui a moradia do cinquenta e nove, e isso é um processo que pode dar azo a tribunal, e para informação de todos há muitos processos neste país em tribunal, por causa de confrontações erradas. -----

-----Deixe-me concluir... acho que temos o direito de ter o relatório, como eu disse, ter um levantamento topográfico que seja visível... E, por último, qualquer alienação do erário público devia ter pelo menos a lista... são quatro pontos coordenados com as coordenadas, e aí sim sabíamos exatamente o que é que está a ser transferido do público para o privado. Sabemos hoje, sabemos amanhã, sabemos no futuro. Agora com estes dados não sabemos. E, terão que ser corrigidas as confrontações, no mínimo, além das outras coisas que eu disse, de que eu tenho a certeza absoluta.-----

-----Não está em causa o processo, Senhor Presidente, não está em causa nada disso. Só está em causa uma correção do processo...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, está tudo aqui: levantamento topográfico, confrontações... está tudo aqui. O que a Senhora Deputada está a dizer é que não estudou a lição, não viu a proposta... está aqui tudo... Senhora Deputada, está aqui o levantamento topográfico. É lamentável.”-----

-----A **Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“Vi toda... nem sequer se consegue ler a legenda nesse levantamento... isso não é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

levantamento.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

----- “Está aqui o levantamento topográfico, viu?”-----

----- A **Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** respondeu o seguinte:-----

----- “Vi tudo. Não se consegue ler, nem se consegue ver a legenda. A legenda está ilegível. E a confrontação do terreno está errada.-----

----- Os Senhores, deviam ter a humildade de corrigir a confrontação, recuar na proposta e corrigi-la, é muito fácil. É que demora tanto fazer bem, como fazer mal. É uma questão de competência.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se alguma coisa esta discussão já teve, foi o mérito de pôr o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente a ler propostas da Câmara. E, claramente o que se vê aqui é que é uma coisa que deviam fazer com mais regularidade.-----

----- O Senhor Presidente, agora, veio aqui tentar “virar o bico ao prego”, e dizer que estamos a dizer mal dos serviços municipais... não, não, a responsabilidade é vossa. Nós estamos a dizer que os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente e Senhor Vice-Presidente, não estão a cumprir com as suas responsabilidades políticas. Não estamos a falar dos serviços da Câmara, e não vale a pena vir tentar pôr palavras na nossa boca que nós não dissemos.-----

----- E, portanto, o Senhor Presidente leu aí uma data de coisas, mas não leu, como a Senhora Deputada Teresa Sá Pereira do Partido Socialista já disse, a legenda da página oito, do anexo um, e eu sei porque é que não leu! Porque é ilegível, é absolutamente ilegível. Eu não sou dotado da melhor vista que se possa conceber, mas eu acho que ninguém consegue ler aquilo, Senhor Presidente. Não vale a pena vir dizer que está aí tudo, porque até pode estar lá... Mas, o que está neste exemplo concreto da legenda da página oito, do anexo um, é um borrão de tinta ilegível. --- -----

-----Portanto, nós não temos condições para ter acesso a toda a informação que precisávamos ter, não só para votar esta proposta convenientemente, como para ela estar em condições de ser votada. -----

-----Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, gostei muito de vos ver a ler as propostas da Câmara, seria bom se o fizessem com alguma antecedência antes das reuniões da Assembleia Municipal.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com nove votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com duas abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro). -----

----- A Senhora Deputada Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrito:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 171/2023**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 948/2023 – DP – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA CONTINUIDADE DA RUA GOMES EANES DE ZURARA, EM QUEIJAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e quarenta e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com nove votos contra, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata e uma do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a desafetação

da parcela de terreno sita na continuidade da Rua Gomes Eanes de Zurara, em Queijas, com a área de duzentos e setenta e dois metros quadrados, do domínio público para o privado, a qual confronta a norte e poente com domínio público municipal, a sul com Rua João Iteperano Duarte, número cinquenta e sete e a nascente com Rua João Iteperano Duarte, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 949/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa às Reprogramações Financeiras a 16 Contratos dos Novos Programas de Habitação (NPH), no âmbito do PRR (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Para que conste em ata, o Partido Chega, mais uma vez, vota contra os procedimentos administrativos onde se omitem o gestor dos procedimentos, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, constantes da cláusula quarta do contrato de prestação de serviços número trinta e cinco de dois mil e três, tal como o código de acesso à certidão permanente da empresa a fim de aferir a situação atributiva e contributiva da mesma.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

-----Não sei se o Senhor Presidente, pretende usar da palavra?... Não... -----

-----Vou passar à votação.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

----- A Senhora Deputada Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 172/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 949/2023 – DCH – REPROGRAMAÇÕES FINANCEIRAS A 16 CONTRATOS DOS NOVOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO (NPH), NO ÂMBITO DO PRR**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e quarenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a reprogramação financeira aos dezasseis contratos de prestação de serviços, dos Novos Programas de Habitação, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 950/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa ao Proc. N.º 30/DCH/2023, Lote 2 – “PRR - Empreitada de Requalificação dos Edifícios sitos na Avenida João de Freitas Branco, N.º 23, Bairro Laveiras Caxias, Oeiras” - 1.ª Reprogramação Financeira - Ratificação de despacho (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 951/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa ao Proc. N.º 30/DCH/2023, Lote 3 – “PRR - Empreitada de Requalificação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Edifícios sítos na Avenida João de Freitas Branco, N.º 25, Bairro Laveiras Caxias, Oeiras” -

1.ª Reprogramação Financeira - Ratificação de despacho (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- **“Ah, pois é.** -----

----- **Portanto, se concordarem, podemos apreciar os dois, porque o ponto cinco é a “Proposta novecentos e cinquenta e um, relativa ao processo do lote três”, portanto, o quatro é o lote dois e esta é o lote três.**-----

----- **Muito obrigada, Senhor Vereador.** -----

----- **É a mesma coisa, um é para o lote dois, outro é para o lote três...”**-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:** -----

----- **“É a novecentos e cinquenta, e novecentos e cinquenta e um.** -----

----- **Algum dos Senhores se pretende pronunciar?”** -----

----- **O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte intervenção:**-----

----- **“Vou ser bastante breve.** -----

----- **Entendemos que estas empreitadas de requalificação destes edifícios camarários são urgentes, e devemos ao máximo procurar solucionar o problema do amianto.** -----

----- **Pergunto assim ao Executivo, em quantos bairros municipais existe a presença de placas de telhas de fibrocimento?**-----

----- **E também aproveito para questionar, se existem outras obras urgentes que possam ser alvo de candidaturas municipais, ao PRR, e se não merecem também alguma urgência na**

preparação dessas candidaturas?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte: -----

-----“Mais algum Senhor Deputado, pretende usar da palavra? -----

-----Não havendo mais inscrições, peço ao Senhor Presidente da Câmara, o favor de responder à questão do Senhor Deputado.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Como sabem, felizmente, temos uma dotação de cerca de oitenta milhões de euros para intervir nos bairros municipais, seja no interior ou no exterior dos edifícios, seja nos logradouros. Todos os bairros municipais de Oeiras, aqueles que têm ficarão sem amianto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Necessitam de mais algum esclarecimento? -----

-----Posso pôr à votação? -----

-----Vou pôr à votação em separado, claro.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Partido Social Democrata, do não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 173/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 950/2023 – DCH – P.º 30/DCH/2023, LOTE 2 - “PRR - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SITOS NA AV. JOÃO DE FREITAS BRANCO, N.º. 23, BAIRRO LAVEIRAS CAXIAS, OEIRAS” - 1.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e cinquenta barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar

Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a reprogramação plurianual da empreitada, procedendo à alteração da repartição plurianual de encargos número cento e sessenta e três, de dois mil e vinte e dois, de vinte de dezembro, da Assembleia Municipal, que aprovou as Grandes Opções do Plano, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

----- O Senhor Deputado António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 174/2023**-----

PROPOSTA C.M.O N.º 951/2023 – DCH – P.º 30/DCH/2023, LOTE 3 - “PRR - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SITOS NA AV. JOÃO DE FREITAS BRANCO, N.º. 25, BAIRRO LAVEIRAS CAXIAS, OEIRAS” - 1ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e cinquenta e um barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo

Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a reprogramação plurianual da empreitada, procedendo à alteração da repartição plurianual de encargos número cento e sessenta e três, de dois mil e vinte e dois, de vinte de dezembro, da Assembleia Municipal, que aprovou as Grandes Opções do Plano, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 952/2023 – DMOGAH/DHM/DCH - relativa ao Proc. N.º 4/DCH/2023 – “PRR - Requalificação de Edifícios sitos na Rua Indiveri Colucci, N.ºs 5, 7, 9, 11, 13 e 12, 14 e 16 - Alto da Loba - Paço de Arcos, Oeiras - Ratificação do Despacho do Senhor Presidente da Câmara de Aprovação de Proposta para 1.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Alguém pretende usar da palavra sobre este ponto?” -----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Para que conste em ata, o Partido Chega vai-se abster, e apresentará a sua intenção de voto, fundamentada e por escrito.” -----

-----**Não foi entregue qualquer Declaração de Voto**-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioria com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com uma abstenção do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 175/2023**-----

-----PROPOSTA C.M.O N.º 952/2023 – DCH – P.º. 4/DCH/2023 - “PRR -
REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS SITOS NA RUA INDIVERI COLUCCI, N.ºS. 5, 7, 9,
11, 13 E 12, 14 E 16 - ALTO DA LOBA - PAÇO DE ARCOS, OEIRAS - RATIFICAÇÃO
DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE APROVAÇÃO DE
PROPOSTA PARA 1ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e cinquenta e dois barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em oito de novembro, e deliberou por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a reprogramação plurianual da empreitada, procedendo à alteração da repartição plurianual de encargos número cento e sessenta e três, de dois mil e vinte e dois, de vinte de dezembro, da Assembleia Municipal, que aprovou as Grandes Opções do Plano, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Caros colegas, vou passar ao ponto sete, e fazemos o intervalo depois. Mas, atenção, nós temos que voltar à sala, porque pode haver público. Aliás, hoje recebi um email, de alguém que queria vir intervir nesta Sessão da Assembleia. Daí que, por respeito para com o público, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

devemos de voltar à sala...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Não se pode fazer seguido, porque a inscrição do público...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “... agora? E fazíamos a Reprogramação depois? Então pronto, muito bem. Assim vêm mesmo.” -- -----

----- **INTERVALO** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

4.7. Apreciação do Relatório de Avaliação do Contrato Local de Segurança (CLS) de Oeiras (os documentos relativos a este Relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Certamente, todos leram.-----

----- Não sei se alguém quer intervir? Se querem pôr alguma questão?”-----

----- **O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) levantou primeiro a mão, acho que devia avançar primeiro.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Inscreveu-se primeiro?-----

----- **O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** respondeu o seguinte: -----

-----“Sim. Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Chegamos todos ao mesmo tempo.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) então por amabilidade do seu colega...”

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Obrigada colega.-----

-----Apreciamos hoje o Relatório de Avaliação do Contrato Local de Segurança de Oeiras.

-----Este é um contrato que tem contribuído para a inclusão social e para a coesão sócio territorial, através da promoção de projetos na área da educação, cultura, desporto inclusivo, envelhecimento e segurança nos territórios de intervenção prioritária. Tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e para um desenvolvimento mais saudável dos seus beneficiários em projetos que têm estado a proporcionar bases para que o ciclo de vulnerabilidade social se possa ir quebrando, dando lugar à promoção da inclusão social e melhorando as condições de vida dos seus beneficiários.-----

-----Consideramos, por isso, que é um contrato com projetos que são uma mais valia para o Município de Oeiras e para todos os oeirenses, e que não se limita às vantagens que tem para os beneficiários efetivos dos projetos ou parceiros nas áreas da educação, cultura, desporto inclusivo, etc. Avaliamos por isso com cuidado as cento e doze páginas que constituem este documento e temos algumas questões e considerações:-----

-----Primeira – Ao longo dos últimos cinco anos foram apreciados e aprovados em Reunião da Câmara, do Executivo, vinte e nove propostas de projetos e financiamentos relacionados com este Contrato Local de Segurança. Assim a primeira questão que o Grupo Político Evoluir Oeiras coloca é porque razão esta proposta não foi também apresentada em Reunião de Câmara, porque é que não foi a Reunião de Câmara e porquê que vem apenas à Assembleia Municipal. São cento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e doze páginas do relatório de avaliação dos resultados deste Contrato e por isso não compreendemos que tal possa ser apenas avaliado nesta Assembleia e não pelo Executivo, e portanto perceber porquê.-----

----- Segunda – Consideramos uma mais valia a produção destes relatórios de monitorização e de avaliação dos projetos implementados com parceiros, porque permite avaliar as melhorias a implementar. Por exemplo da página cinquenta à cinquenta e oito é feita a avaliação do Projeto "Novos Horizontes: A Orquestra da Câmara Portuguesa Solidária do Bairro dos Navegadores" em que se indicam as mais valias do projeto e três cenários são apresentados para o futuro. Sendo que, no primeiro cenário a proposta é a redução do projeto a sessões de música a decorrer unicamente em contexto escolar, o segundo, é um cenário misto em que apenas alguns alunos continuam no programa atual de aprendizagem de um instrumento e outros com sessões de música na escola e finalmente o terceiro cenário indica que, e passo a citar: “Manutenção do Projeto nos moldes existentes que implicará, a contratação de uma próxima edição, a necessidade de o contrato ser submetido a apreciação do Tribunal de Contas, visto ultrapassar os novecentos e cinquenta mil euros... A manutenção do Projeto nos moldes existentes não permitirá a redução de custos do mesmo pois, não se verificará alteração nas atividades contratualizadas”. Assim a minha questão: qual é o cenário a escolher? Porque são apontados estes três, mas depois não é indicado. E se a escolha dos cenários é feita à luz dos procedimentos que são, ou não, necessários para a importância do projeto ou para as pessoas envolvidas?-----

----- Portanto, este é um caso em que são dados vários cenários e não é escolhido qual é o cenário de futuro, sendo que para os outros projetos a maior parte não é apresentado. Esse é o meu terceiro ponto. Há muitos outros indicados, como o "Oeiras tem Kick" a “Academia de Futsal”, em que, fazem a avaliação do projeto, mas depois não é indicado o que será o futuro dos mesmos. Também na página oitenta e oito do pdf, ou oitenta e cinco do relatório consta um questionário realizado às forças de segurança PSP e Polícia Municipal enquanto Entidades Parceiras no âmbito

dos projetos em que verificamos os principais problemas identificados, as medidas de segurança que devem ser implementadas e as melhorias a desenvolver com parceiros. -----

-----E então indicam as forças de segurança que: “Principais problemas identificados: mau estado da conservação na via pública”, as medidas a desenvolver pela PSP e pela Polícia Municipal para combater estes problemas, e é indicado: “sinalização e encaminhamento das matérias ou situações para entidades competentes”. E estas entidades competentes são: a Câmara Municipal.

-----Estas competências são então da Câmara e muitas vezes temos alertado para esta questão aqui na Assembleia Municipal. E realço aqui que este ponto para que se entenda os impactos que teve na população do Bairro dos Navegadores e a degradação do espaço público com obras abandonadas durante mais de um ano. Não somos nós a dizer-lo, aqui neste caso, é mesmo a Polícia Municipal e a PSP e até o relatório do Contrato Local de Segurança, a dizer que a paragem destas obras teve um impacto nas populações e no projeto. É mostrar, também as consequências do mesmo. -----

-----Quinta – para terminar, nas considerações finais na página noventa e três do pdf ou noventa do relatório, identifica-se a necessidade da realização de um Estudo Sociológico, em dois mil e vinte e quatro, nos dois territórios de intervenção prioritária do Contrato Local de Segurança, o Bairro dos Navegadores e o Empreendimento Municipal de Carnaxide. E por isso perguntar se a Câmara já está a planear ir de encontro a esta necessidade? -----

-----Sexta – para quando a extensão do Contrato Local de Segurança para os restantes empreendimentos de Habitação Municipal de Oeiras, integrado numa estratégia e um Plano de Intervenção mais abrangente?” -----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** disse o seguinte: -----

-----“Relativamente a esta Apreciação do Relatório de Avaliação do Contrato Local de Segurança de Oeiras, em primeiro lugar, queremos agradecer por nos terem remetido este documento que é sempre informativo para sabermos algumas das questões mais difíceis com que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se deparam os Municípios e as comunidades em Oeiras, e também, já agora, louvar estas iniciativas que são extremamente importantes. A intervenção precoce e a prevenção em contextos de risco, são muito melhores do que remediar no futuro, e são, de facto, um acautelamento do futuro do Município, e assim nós deixamos esse louvor e também a cooperação com todos os setores público, Governo, setor social, privado, etc.-----

----- No entanto, as notas que gostaria de deixar aqui, é que: como Relatório de Avaliação, este relatório deixa o nosso trabalho muito difícil, como Assembleia Municipal. Porque, apesar de, por exemplo, fazer questionários aos vários intervenientes, aos participantes, às entidades, à comunidade, estes critérios, estes questionários, em grande parte dos projetos foram apenas feitos no fim, foram feitos apenas em dois mil e vinte e três, foram apenas definidos em dois mil e vinte e três, para algo que começou em dois mil e dezoito, e o que nós precisaríamos era de uma fotografia, precisaríamos de critérios, de objetivos definidos no início, em dois mil e dezoito, ou quando os alunos entram para este projeto, os jovens, e depois podemos comparar o agora, com uma recolha dos indicadores feita da mesma forma, qual é que foi a evolução? Qual é que foi o impacto deste projeto? Para conseguirmos, de facto, aferir se valeu a pena, se é necessária mais intervenção, onde é que é necessária mais intervenção. Temos bons exemplos aqui, como o caso do projeto da APAV, em que é verificado níveis de criminalidade em diferentes anos, permite-nos ver aqui uma evolução. Mas em muitos outros tópicos, outros projetos, temos apenas um questionário de perceção no fim do projeto... “sentiu que houve aqui uma evolução positiva neste item, concentração, autonomia, competências artísticas...” e não pode ser assim. Nós não avaliamos um projeto, imagine, de ensino de música, perguntando: “Sentiu que aprendeu música?”, e a pessoa vai dizer: “Sim”, ou os pais vão dizer que sim. Tem que se ver quanto é que a pessoa sabia no início, quanto é que sabe no fim, atingiu os objetivos ou não, ou em que percentagem. Nós precisávamos de saber isso e, de facto, falta-nos isso. Falta-nos essa fotografia de dois mil e dezoito e esta fotografia atual. -----

-----No momento em que foram feitos estes diagnósticos, ou estes questionários, em dois mil e vinte e três, já devíamos ter uma fotografia que nos permitisse definir para o futuro onde é que são as principais áreas de intervenção, e isso não está aqui a ser feito. Quando nós olhamos para a parte das sugestões das intervenções futuras, o que está lá é fazer um diagnóstico. Este diagnóstico já devia estar feito, e depois o que devia ser sugerido é: “Com base neste diagnóstico, feito até para obter os resultados de dois mil e vinte e três, estas são as principais áreas de intervenção..., estas são as áreas em que temos mais deficiências”. Devia ser feita, também, uma comparação de quais são os índices de sucesso dos alunos que não estão abrangidos, os jovens que não estão abrangidos por este projeto, o que também não é feito. Nós vemos, por exemplo, redução da taxa de insucesso escolar, o que é fantástico, é louvável, é um excelente resultado, mas precisamos de comparar também, qual foi a redução para outros alunos que não estiveram abrangidos por este projeto. -----

-----Essencialmente era isto. Mas, de qualquer forma, queremos louvar, mas ficamos, contudo, sem conseguir perceber qual é que foi a dimensão do impacto, quais é que são os indicadores que nos permitem determinar se é necessário para o futuro? Porque, se nos dizem que há cem por cento de questionários a dizer que isto teve resultados excelentes, a nossa conclusão também pode ser: então já não é preciso mais estes projetos de intervenção. E não deveria ser isso, deveríamos de saber em que nível é que está.”-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte: -----

-----“Sobre este Relatório da atividade desenvolvida no âmbito do Contrato Local de Segurança, a primeira palavra vai para reconhecer um conjunto de iniciativas que também nos parecem bastante interessantes e importantes, e contributos relevantes, particularmente para a própria elaboração deste documento, e dos técnicos que estiveram envolvidos, pareceu-nos com bastante cuidado neste processo, com metodologias que nos parecem também de reconhecer, com descrições cuidadas, com um conjunto de preocupações em trazer para aqui aquilo que realmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

são as perspetivas dos vários atores, e isto parece-nos, de facto, bastante importante. -----

----- Portanto, esta é a primeira nota que nos leva a três questões (ou talvez duas questões e uma sugestão, mais final). -----

----- A primeira, tem a ver com a natureza deste contrato que é uma parceria entre o Ministério da Administração Interna e o Município (aliás, no quadro global dos contratos locais de segurança), e, naturalmente o relatório é elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara, mas a parceria é entre as duas instituições. Nós gostaríamos de perceber, um bocadinho melhor, qual foi o papel da componente do Ministério da Administração Interna, nomeadamente na questão do investimento, porque, de facto, o relatório apresenta para os vários projetos um conjunto de verbas, de investimento, que tanto quanto percebemos, é municipal... gostaríamos de perceber se isso é realmente só municipal ou se o Ministério da Administração Interna também entra com verbas. E quais são essas verbas? -----

----- A segunda questão, tem a ver com uma recomendação, que vem do próprio relatório, e sobre a qual nós gostaríamos de ouvir a opinião da Câmara, na perceção da Câmara, que no fundo, estes projetos, naturalmente, não são exclusivamente direcionados para a segurança, como se percebe, são de intervenção precoce, são de intervenção social, desportiva, educativa, cultural, e muito bem, e, portanto, extravasam claramente as questões diretas da segurança, que eu diria que são de interesse não apenas para as comunidades onde são desenvolvidos, mas, de facto, por um tecido social muito mais alargado. O próprio relatório sugere que o âmbito destas intervenções, também carece, ou pode ser enquadrado numa perspetiva mais alargada de instrumentos, ou de um modelo de intervenção social, desportivo, educativo, da Câmara. Portanto, era perceber um bocadinho como é que se faz este interface entre as medidas que estão aqui, os projetos que estão aqui dentro desta baliza do Contrato Local de Segurança, e aquilo que é uma programação mais alargada e transversal da própria Câmara Municipal, nestes domínios.-----

----- A terceira, enfim, mais sugestão do que questão: para as linhas de intervenção que são

recomendadas, há cinco dimensões: a descoberta do eu, a família, educação, empregabilidade e comunidade... e nesta parte da comunidade, que tem a ver com recurso, atores, e é referida também a governação, nós diríamos que esta parte é, de facto, muito importante e, até poderíamos ter nesta dimensão algo mais: a comunidade e a participação cidadã, a comunidade e a cidadania... Porque, de facto, é importante quebrar estes ciclos da pobreza e da vulnerabilidade e quebrar também o sentido de estarmos fechados sobre um território, ou uma comunidade que se fecha sobre si própria. Portanto, alargar o sentido de comunidade e criar muito mais pontos. -----

-----E aqui ficaria também a sugestão, enquanto nós atores políticos, instituição, órgão autárquico, também nos aproximarmos, e, por exemplo, fazermos uma Assembleia Municipal descentralizada, nestes territórios, ou fazer uma visita, da Assembleia, a estas comunidades, perceber in loco as suas atuações, os seus projetos, as suas ideias, as suas expectativas, e talvez ajudar numa destas dimensões, num destes pilares, que é o da comunidade bastante alargada.” ---

-----**A Senhora Deputada Fátima Felipe (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Os CLS constituem-se como instrumentos de planeamento social que visam a prevenção primária, junto das famílias, crianças e jovens, com as escolas, e entidades de saúde e de segurança social, com vista a que os territórios especialmente vulneráveis se tornem a longo prazo territórios mais seguros e coesos. -----

-----Para o Partido Socialista é bastante positivo o facto deste Município ter assumido e operacionalizado esta parceria com o MAI (Ministério da Administração Interna), pois isso permite a articulação entre políticas nacionais e locais, pois é ao nível local, junto das populações que a intervenção é mais adequada e consequente. -----

-----Os Contratos Locais de Segurança de segunda geração assumem a segurança de um modo lato (segurança económica, social, cultural e ambiental) e menos de controlo e policiamento (que é uma tarefa a jusante). -----

-----O Contrato Local de Segurança de Oeiras procurou elencar, numa primeira fase, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pontos críticos do tecido social dos territórios, Bairro dos Navegadores e Carnaxide Portela, para, posteriormente, atuar preventivamente em termos sociais, culturais, económicos e ambientais. ---

----- Consideramos importante o facto do presente documento procurar prestar contas sobre a atuação do Contrato Local de Segurança de Oeiras, na área da intervenção social. -----

----- O relatório refere que, a equipa CLS de Oeiras desenvolveu medidas e ações locais de prevenção primária, através de projetos em diversas áreas, - Educação, Desporto, Cultura, Ambiente, Segurança - visando vários públicos-alvo. -----

----- Esta avaliação demonstra que o trabalho desenvolvido tem vindo a quebrar o ciclo de vulnerabilidade e que a perceção é que o CLS constitui uma mais-valia para o futuro das crianças e jovens que dele beneficiam. -----

----- Verifica-se igualmente que ao nível do sentimento de insegurança há um desfasamento da perceção das populações destes territórios, o sentimento de insegurança é superior ao crime real. -----

----- Os projetos CLS, Novos Horizontes – orquestra do Bairro dos Navegadores (no âmbito da cultura), Aprender em Círculo e Pequenos Gigantes (na Educação), os projetos do desporto inclusivo (Academia de futsal, Kick Boxing) e As Marias e os Manueis (para idosos) visam diferentes públicos-alvo e sectores. -----

----- O Projeto Novos Horizontes que promove o acesso à música e à arte e em que a música é o meio privilegiado para combater o insucesso e abandono escolares, foi objeto de avaliação artística dos participantes, bem como dos aspetos comportamentais (na escola, concentração, respeito pelas regras, etc.). Em relação à aprendizagem musical, os resultados apontam para um número elevado de participantes, mas também de alguns desistentes. -----

----- Queremos deixar claro que, o número de desistências, não deverá condicionar negativamente a continuidade deste projeto, pelo contrário. A avaliação mostra aspetos comportamentais muito positivos, na escola, concentração, respeito pelas regras, níveis de

aprendizagem e rendimento escolar. -----

-----Saudamos por isso o novo Projeto Sementes, para a educação musical em idades mais precoces nestes territórios onde a música tem efeitos muito mais prolongados. -----

-----Senhor Presidente e Senhora Presidente, Isabel Oneto (Secretária de Estado da Administração Interna) refere que a recente Comissão para a Análise Integrada da Delinquência Juvenil e Criminalidade Grave, concluiu que três quartos das crianças, dos jovens, que foram sujeitos a medidas tutelares educativas, foram elas próprias vítimas de negligência, maus-tratos ou abandono. São agressores que foram vítimas. Trata-se de quebrar o ciclo de vítima para agressor.

-----Aprez-nos registar que para além dos oito projetos no Bairro dos Navegadores e dois em Carnaxide Portela, encontram-se já no terreno mais seis novos projetos no Bairro dos Navegadores e três em Carnaxide Portela todos no âmbito do PRR. -----

-----De salientar que um dos aspetos mais promissores deste relatório se prende com o ponto “proposta de Intervenção Futura” que aponta para uma reestruturação das intervenções praticadas nos Bairros Municipais (Habitação Social, Ação Social, Desporto, etc.) e levados a cabo pelas diferentes unidades orgânicas da Câmara e por outras entidades externas. -----

-----Finalmente, quanto às lacunas detetadas, queremos salientar a necessidade destes Plano deverem ser precedidos de diagnósticos aprofundados com os envolvidos, os público-alvo, e definir posteriormente os modelos de intervenção a seguir. -----

-----O presente documento aponta e bem para a necessidade de uma intervenção baseada no modelo integrado de intervenção com as famílias destes dois territórios e propõe intervenções quer com os jovens, quer com a comunidade cigana. -----

-----O Relatório é extenso, rico e detalhado. É um trabalho de qualidade muito relevante que aponta caminhos concretos de intervenção nos territórios, nas comunidades e nas famílias. --

-----Pela qualidade e relevância do trabalho e das conclusões de avaliação, propomos que seja enviado à tutela, uma cópia para conhecimento.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Os Contratos Locais de Segurança, que já vão, pelo menos, na sua quarta geração, foram iniciados perto de dois mil e oito, dois mil e nove (ainda existia Governo Civil, por uma governadora e pelo Governo de então, do Partido Socialista, Dalila Araújo, e até na sequência de graves confrontos que houve em Loures, entre a comunidade cigana e algumas comunidades de etnia africana), e corresponde acima de tudo a uma visão antropológica do Homem, e uma visão política do ser humano, isto é que é a questão fundamental. -----

----- Nós sabemos que há, nos dias de hoje, alguns partidos (ou pelo menos um) que se propõe a castrar pessoas, que se propõe a repor a pena de morte, que tem uma visão securitária da sociedade, que quer aumentar as penas... isto é uma visão que se pode ter da sociedade e do ser humano.-----

----- Esta intervenção política e este instrumento, está nos antípodas desta visão, vê o ser humano como um ser em processo, como um ser em simbiose com o meio onde reside, com o seu tecido social, com a sua família, com a sua comunidade, com o seu bairro. E, perspectiva intervenções em duas vertentes, maioritariamente preventivas. Mas é necessário aqui lembrar que em Portugal, o sistema prisional é um holocausto, e qualquer cidadão que é detido, ou que é preso, sai de lá animalizado, as prisões são um horror. Não há uma verdadeira reinserção social, nunca houve e está-se “toda a gente nas tintas” para a reinserção social. Este é um aspeto.-----

----- E, quando se diz que as prisões são universidades do crime, é preciso saber onde é que começa a escola primária do crime. Infelizmente, muitas vezes até se chegar à universidade, há um longo percurso social, onde os cidadãos não têm nem competências pessoais, nem possibilidades de realização pessoal, e da sua felicidade e integração em sociedade. -----

----- E aqui, eu louvo também a Doutora Isabel Oneto, porque foi quem esteve na base deste Contrato Local de Segurança, em dois mil e dezoito, e que é, de facto, uma mulher extraordinária, com uma visão extraordinária, na implementação desta visão social do ser humano e que, em

articulação com a Câmara de Oeiras... e é necessário aqui referir que isto é um trabalho em rede, isto é um trabalho que é feito com escolas, com associações, com os serviços da Direção-Geral de Reinserção Social, com a PSP... e, portanto, isto é multidisciplinar. Mas há aqui uma questão central neste processo, a escola é sempre uma âncora.-----

-----Estes Contratos Locais de Segurança, de intervenção nestes dois territórios, destroem fronteiras, as fronteiras do chamado bairro, que é a zona proibida, e destroem-nas dentro do bairro e fora do bairro, permitem construir identidades novas, permitem sobretudo a muitos jovens abrir o sonho e a esperança. Já imaginaram o que é um jovem do Bairro dos Navegadores de repente, integrar uma orquestra e ter competências musicais. Já imaginaram, para ele, quanto isso lhe abre perspectivas de futuro quando contrapostas com realidades, enfim, mais desumanas e injustas, que muitas vezes o rodeiam.-----

-----As competências pessoais são um centro destes Contratos Locais de Segurança, desenvolvê-las. E, depois, nesta fase, é sempre importante lembrar o grande capitão Mário Wilson, é uma frase que eu nunca esquecerei: “ pela arte e pelo desporto se pode chegar à essência do que é o ser humano”, e os Contratos Locais de Segurança, alicerçam-se na arte, no desporto... para as competências pessoais e para chegar a esta essência: do que é que eu sou? O que é que eu posso fazer? O que é que eu posso sonhar?-----

-----E, pronto, eu queria apenas deixar aqui expresso um total louvor político a esta visão política da questão. -----

-----Isto é um esforço titânico, devo dizer-vos, muitas vezes difícil, porque se tem que andar no terreno, como aqui foi referido. Os técnicos têm que ter uma capacidade e uma criatividade muito acima do normal, muitas vezes ir por caminhos de pensar fora da caixa, têm que integrar, motivar, capacitar e conseguir congregar, não só outras associações para desenvolver projetos em coparceria, como é o caso dos projetos das Três Marias, como também, conseguir aliciar e cativar os participantes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muitos parabéns ao Executivo. -----

----- Queria, só deixar também, uma nota para a nossa antiga colega Marlene Braz Rodrigues, que esteve na feitura deste primeiro Contrato Local de Segurança, e que é uma mulher que também tem uma visão, tal como Isabel Oneto, muito humanista da sociedade, e que tem aqui... há muito trabalho dela aqui, estrutural, ainda feito.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “A apreciação deste documento, que está bem elaborado e nos transmite efetivamente, aquilo que tem sido feito neste Município, através desta Câmara, é designado, como todos sabem, por Contrato Local de Segurança. -----

----- Eu acho que até a própria expressão “segurança”, está, neste caso, com um carácter redutor, porque nós não estamos aqui apenas a falar em segurança no sentido literal do termo, mas mais do que isso é uma segurança no sentido amplo, que inclui a proteção, inclui a integração. E isto é fundamental nós percebermos, que esta Câmara não necessitou destes contratos, para quase, desde tempos imemoriais, ter sempre lutado pela integração daqueles que escolheram este território, vindos de outros locais, para aqui habitarem. Aliás, importa dizer e, enfim, uma vez mais reitero, a política de habitação e de eliminação das barracas, com a edificação de um conjunto de bairros no nosso Município, foi desde sempre, nem mais, nem menos, que a concretização daquilo que hoje está, no fundo, assente em documentos. -----

----- E, portanto, não há aqui nenhuma inovação nesta matéria, bem pelo contrário, há é a necessidade de melhorar. Porque, como se costuma dizer, o caminho faz-se caminhando e, de facto, ao longo destes anos, todos os nossos bairros têm vindo a merecer por parte do Executivo, uma proteção muito grande. Julgo que, o efeito da exclusão não é sentido pelos próprios bairros e pelos seus habitantes, resultado dessa política de integração, e porque, quer se queira, quer não, sem pão e sem habitação não há paz. E a paz, no fundo, é um elemento essencial que decorre da própria necessidade de segurança. -----

-----Eu estou-me a lembrar, por exemplo (podia dar mais alguns casos), mas do Marcelino Sambé, um miúdo do bairro e que hoje é o bailarino principal do Royal Ballet, em Londres, por exemplo. Isto revela bem, que o nascer e o viver num bairro em Oeiras (porque noutra sítio, provavelmente, assim, não será) não é um estigma e permite, de facto, toda a capacidade dos jovens, dos habitantes, poderem ser eles próprios sem negarem as suas origens, porque, quer queiramos, quer não, nos nossos bairros acolhemos algumas dezenas de nacionalidades, naturalmente, com especial incidência nos habitantes dos PALOP. -----

-----Este plano, que é no fundo, em parceria com o MAI, e que depois, como forma, resulta a folhas dezanove, identifica claramente todo um conjunto de outras instituições (e já agora faço aqui um parênteses para dizer que, no próximo relatório não se esqueçam de corrigir a referência ao SEF, que deixou de existir, e que neste ainda está aqui), mas o que importa realmente é perceber que há esta preocupação por parte também dos organismos do Governo, em estabelecer coparcerias, apoios com a Câmara. E isto é porquê? Porque acreditam neste trabalho, que tem sido feito pelo Executivo há muitos anos, e que merece, como não podia deixar de ser, da parte do PSD, um louvável apoio... tanto mais que em muitos momentos foi o PSD, naturalmente, liderado pelo atual Presidente da Câmara, a desenvolver estes projetos, num processo de consciencialização coletiva e necessária à estabilidade social no Concelho. -----

-----A prova, é que houve alguma preocupação por parte dos técnicos, de quem andou a elaborar isto, para nos dar uma perspetiva daquilo que eram os destinatários destas políticas. E, é curioso verificar (enfim, não vou ser exaustivo, porque os senhores deputados já tiveram acesso ao documento), mas, na folha quarenta do documento, são estabelecidas um conjunto de perguntas, que me parecem realmente muito relevantes e cujas respostas, no fundo, dos munícipes, estão plasmadas nas folhas seguintes. E, não há dúvida de que, em geral, a população entende como fundamental este plano, e, no fundo, apoia-o no seu desenvolvimento e nas relações que deve ter entre a Câmara, os parceiros e os próprios habitantes destes bairros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, o que é que há a dizer? Há a dizer, que se pode melhorar, pode-se sempre melhorar. Aliás, em Oeiras, há muito tempo, que sabemos que os oeirenses, todos eles, vivam ou não nos bairros, são exigentes, porque nos habituámos a um grau de exigência importante, e assim sendo, entendemos que algumas das respostas dadas refletem exatamente isso: as pessoas estão satisfeitas, mas querem mais.-----

----- Em suma, para concluir, dizer que estamos, no fundo, confortáveis com este relatório. O relatório, é na sua síntese, enfim, que é longa, mas dá-nos um panorama do tecido e das relações entre a Câmara e os bairros. E julgamos que, estamos no bom caminho para continuar e evoluir no sentido de uma melhor integração, que é sempre desejável e louvável. -----

----- Assim, sendo, uma vez mais, reitero os meus parabéns à Câmara e aos técnicos, naturalmente, que estiveram na base, e na redação deste documento.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? Não havendo mais inscrições, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se pretende usar da palavra? Faça o favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Este Relatório não foi solicitado à Câmara Municipal. Este Relatório decorreu do facto de ter chegado e considereei que este continha todo um conjunto de projetos e políticas públicas muito importantes para a qualidade de vida da nossa população mais frágil e entendi que devia ser dado conhecimento à Assembleia Municipal. Portanto, esse foi o objetivo. -----

----- Conhecimento da Assembleia Municipal porquê? Justamente porque, com frequência, surgem discussões aqui na Assembleia relativamente a políticas que devem ou não ser prosseguidas, muitas vezes, sem que tenham conhecimento que já estão a ser prosseguidas no terreno. Portanto, às vezes, aparecem determinadas propostas que aparentemente são apresentadas como se fossem uma grande novidade e na realidade não são novidade nenhuma. O importante é que sejam apresentadas propostas de reforço, eventualmente daquilo que se está efetivamente a

fazer. -----

-----Neste caso concreto, ainda bem que houve aqui elogios aos técnicos da Câmara, porque era o meu objetivo, era que a Assembleia Municipal, de facto, se apercebesse da qualidade, do esforço e do entusiasmo de técnicos e dirigentes da Câmara Municipal que prosseguem políticas sociais nos nossos bairros que são, de facto, originais muitas delas e que decorrem de uma persistência extraordinária. Isto porque estamos a falar em intervenção social, não é como fazer uma obra pública. Uma obra pública, faz-se o projeto, a seguir avança-se com o concurso público para a obra e ela aparece. -----

-----A intervenção social nas pessoas, mudar o comportamento das pessoas, as práticas que elas têm, é um trabalho que pode demorar muitos anos a fazer. E, portanto, na realidade, a expressão Contrato Local de Segurança, à primeira vista, se não estivermos bem integrados no conceito, obviamente que é redutor, estou completamente de acordo. É redutor porque, quando se fala aqui em segurança, é uma segurança em sentido amplo. Isto é, tem ver com a segurança, porque visa, no fundo, uma intervenção, não, digamos assim, aos efeitos de ausência de políticas sociais de inclusão, etc., mas sim a resolver os problemas de segurança no futuro, resolvendo-os na origem, ou seja, nas causas, daquilo que efetivamente pode determinar uma desarticulação no modo de vida das pessoas e comportamentos desviantes dos jovens. Portanto, tem que se intervir logo ao nível da escola, junto da família, junto das crianças, dos adolescentes e, naturalmente que é muito mais fácil alterar e contribuir para comportamentos diferentes numa criança do que num jovem adolescente de catorze, quinze ou dezasseis anos. Portanto, às vezes aí já não vamos a tempo. Portanto, os Contratos Locais de Segurança tinham esse objetivo. -----

-----Também gostaria de lhes dizer que foram criados... realmente, já estamos na terceira geração de Contratos Locais de Segurança. Na verdade, de acordo com a Senhora Secretária de Estado, Isabel Oneto, na verdade, o único que se mantém firme é o de Oeiras. A generalidade dos Contratos Locais de Segurança ficaram todos pelo caminho. Isto porque, na realidade, exige uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

persistência política também significativa. Eu quero vos dizer que esta é uma área que esteve sempre na dependência do Presidente da Câmara por uma razão, porque, na realidade, são projetos que têm muito de transversalidade a diversos serviços da Câmara. Embora seja uma iniciativa, digamos, promovida pelo Ministério da Administração Interna, por razões que têm a ver com determinados territórios mais problemáticos, a verdade é que abarca também o Ministério da Educação, o Ministério da Segurança Social, na medida em que há determinados projetos que interferem com todos estes ministérios. Portanto, de alguma forma, sendo a liderança da Câmara Municipal, o Ministério da Administração Interna é, digamos, o elo de ligação com os outros ministérios. Portanto, os Contratos Locais de Segurança poderão funcionar bem, se houver uma boa articulação entre todas estas entidades. -----

----- Naturalmente que, às vezes, eu assisto aqui a algumas emissões de uma espécie de certidões de menoridade ou de incapacidade aos serviços da Câmara ou à própria Câmara Municipal. Bom, se quiserem, nós podemos mandar as toneladas de papel que temos sobre os Contratos Locais de Segurança, mas acham que algum dia se avançava para uma adoção de um conjunto de medidas que vão interferir na vida das crianças, na vida das famílias, na vida dos adolescentes, na vida das escolas, na vida das coletividades, na vida da polícia, não havendo um diagnóstico prévio? Obviamente, se quiserem nós podemos mandar essas toneladas de papel, mas seria de uma irresponsabilidade extraordinária avançar para uma intervenção no terreno sem ter o diagnóstico. Nós temos de saber o que estamos a fazer, saber quais são os problemas e, portanto, é óbvio todos os diagnósticos foram feitos e foram sendo desenvolvidos determinados projetos e intervenções que, justamente porque estamos a trabalhar numa área muito volátil, exige uma preparação e um conhecimento técnico do ponto de vista social e sociológico e psicológico para poder interferir junto de cada uma destas camadas, naturalmente, vai mudando também em função das circunstâncias e da progressão a que assistimos no terreno. Vou dar um exemplo: uma orquestra é muito diferente da Orquestra Geração, que ficam a saber que neste momento, somos o

Município que tem mais alunos da Orquestra Geração, porque já está inserida em três escolas. A Orquestra Geração desenvolve-se em contexto escolar. Obviamente, que é muito mais fácil obter sucesso e conseguir uma exibição da Orquestra Geração dos meninos de uma escola que estão a ser, digamos, beneficiados com a Orquestra Geração, é muito diferente do que uma orquestra, por exemplo, que é desenvolvida num contexto, pode ter a colaboração do contexto escolar, mas é normalmente com crianças numa situação, digamos, mais desprotegida. Quer dizer, se são crianças que estão habituadas a andar na rua e que, porventura, muitas delas não têm sucesso escolar. Obviamente que procuramos misturar isto tudo, mas depois falta, digamos, a disciplina da escola e, naturalmente que a Orquestra Sinfónica que nós estamos a procurar criar no Bairro dos Navegadores ou na Outurela, naturalmente que demora muito mais tempo e a dada altura pode-se chegar à conclusão que, afinal, as crianças.... o mais importante... não é propriamente a Orquestra Sinfónica. Pode ser importante a disciplina, que a presença em contexto, digamos, de acolhimento na Orquestra lhes dá. -----

-----Aprender um instrumento e o solfejo, e por aí fora, demora algum tempo, mas depois é preciso ter um ambiente em casa que permita ensaiar a trompete, a guitarra, o saxofone, o teclado, enfim, essas coisas. É preciso haver um contexto adequado e que a família também corresponda.

-----Portanto, os projetos dos Contratos Locais de Segurança, cada vez mais obrigam... houve um Senhor Deputado da CDU que focou aqui o problema da cidadania e da proximidade etc. Naturalmente, isso é fundamental, cada vez mais os agentes, os técnicos dos Contratos Locais de Segurança têm que estar devidamente articulados com as famílias e personalizar as situações. Enquanto que há determinados casos que nós podemos tratar em grupo, nestas situações de intervenção nos bairros e com certas famílias, com certas crianças ou adolescentes, cada caso é um caso. E, portanto, tem que haver uma intervenção caso a caso e, portanto, isso exige uma disponibilidade extraordinária por parte dos técnicos e uma persistência também muito grande para que seja possível sensibilizar as famílias para permitirem e acompanharem os seus filhos. Portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desde o desporto, à educação propriamente dita e dentro desta as salas de estudo, o acompanhamento ao nível da habitação. Isto porque, naturalmente, nós estamos com alguns casos num contexto de pobreza, mas há sempre uns pobres mais pobres do que outros. Na realidade, nós estamos num território onde o problema da habitação, digamos, a habitação indigna está resolvida. Nós temos cerca de duzentos e trinta famílias que neste momento têm habitação, mas em que a habitação não é considerada, digamos, ainda de acordo com aquilo que são as necessidades da família. Mas esse problema ficará resolvido a curto prazo, nem é a médio prazo é a curto prazo, na medida em que nós estamos a construir habitação que ultrapassa as necessidades das famílias em situação indigna para passarmos a corresponder a necessidades da classe média.-----

----- Mas, vamos lá a ver, esse já é um histórico adquirido que nós temos. O grande problema de Oeiras em matéria de pobreza decorrente da habitação, foi a resolução da erradicação das barracas e, como sabem, obviamente que há situações dramáticas no território de Lisboa, há municípios que ainda têm mais de cinco/seis mil barracas, onde o problema não está resolvido, onde há pessoas que vivem em condições muito dramáticas. Ora bem, não é o nosso caso, nós estamos a criar condições para que as pessoas tenham uma vida melhor nós vamos continuar a insistir cada vez mais, enfim, no programa que temos de habitação, nós vamos aumentando, digamos assim, a satisfação de necessidades de famílias que vão estando cada vez em escalões mais elevados. Isto é, vamos começar por entregar ao nível da renda acessível casas a famílias com rendimento baixo, mas não tão baixo que permita serem realojados no âmbito da renda apoiada, mas são famílias que já têm capacidade para pagar uma renda de trezentos ou quatrocentos euros e vamos aumentando para as famílias que podem pagar rendas de setecentos ou oitocentos euros. Ou seja, podemos ir de escalões de rendimento que têm um rendimento, digamos, de per capita, por exemplo, na ordem dos mil euros para chegarmos até aos três mil euros. Portanto, isto demonstra bem como vamos satisfazer as necessidades das famílias que hoje podemos considerar da classe média baixa ou mesmo classe média.-----

-----Portanto, a habitação é condição “sine qua non” para combater a pobreza. A primeira condição é dar casa a uma família que não tenha casa. Depois, naturalmente, combate-se a pobreza ao nível da educação criando igualdade de oportunidades. Portanto, quando nós estabelecemos as bolsas gratuitas aos meninos que terminam o décimo segundo ano e que vão para a faculdade. Posso dizer-lhe que, neste momento, provavelmente, o Município de Oeiras já tem mais bolsas do que a soma das bolsas concedidas de todos os municípios portugueses. Nós, em dois mil e vinte e quatro, iremos ter mil e trezentos bolseiros. Façam as contas, de trinta e sete em dois mil e dezassete para mil e trezentos em dois mil e vinte e quatro. Obviamente que vai transformar o panorama social das nossas famílias aqui em Oeiras. Portanto, as políticas sociais de combate à pobreza são, digamos, universais em termos de território de Oeiras. -----

-----Os Contratos Locais de Segurança são políticas sociais naturalmente, educativas, desportivas etc., mas globalmente políticas sociais que, de alguma forma por razões óbvias incidem em territórios mais desfavorecidos. E, portanto, são, digamos, políticas cumulativas com as outras políticas sociais públicas que o Município tem para todo o território. Portanto, há aqui uma acumulação decorrente da especificidade destes territórios. -----

-----Naturalmente que, quando se faz um inquérito sobre a perceção que os diferentes agentes no terreno têm, ainda bem que vem ao de cima aquilo que eles consideram ser as necessidades a satisfazer. Por exemplo, não há reclamações no Bairro da Politeira relativamente a obras, pois não, foi inaugurado há pouco tempo, não há reclamações no Bairro do Pátio dos Cavaleiros, pois não, há pouco tempo foi inaugurado. Há reclamações e há, digamos, problemas suscitados no Bairro dos Navegadores porque há três anos foi adjudicada a requalificação de todo o bairro, mas como é do conhecimento de todos (portanto, não vale a pena meter achas na fogueira), o empreiteiro faliu e se faliu parou a obra e a Câmara Municipal teve de desencadear um procedimento de novo justamente para haver uma nova empreitada e as obras estão neste momento em curso. Portanto, são obras de grande profundidade. Estamos a falar de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

investimento que vai andar na ordem dos três milhões de euros na requalificação daquele bairro e, portanto, a esse propósito, em todos eles. -----

----- Isto, no fundo, para dizer que em relação ao cenário da orquestra ou das orquestras, é absolutamente irrelevante. Será aquele que, de acordo com a proposta, dos técnicos no terreno vierem a apresentar e, obviamente que se for necessário fazer um concurso público, enfim, evita-se ... eu devo dizer que nas políticas sociais com frequência tenta-se evitar o concurso público e porquê? Isto porque, preferimos que sejam especialistas, que sejam organizações, associações, outras IPSS que têm experiência no lidar com esta problemática que, naturalmente, não pode ser para quem quer aprender. Quem quer aprender, junta-se a quem já sabe. E, portanto, é óbvio que não podemos cair... já tivemos alguns projetos que não tiveram sucesso, justamente por terem sido desenvolvidos por entidades que não estavam preparadas para o efeito, mas é indiscutível que tendo em conta a dimensão financeira de alguns desses projetos terão que ser feitos alguns concursos públicos nessa área. -----

----- Relativamente à extensão a outros bairros, etc. Naturalmente que, o nosso propósito e como digo há políticas sociais em todos os bairros, há políticas sociais que são transversais a todo o território e no que diz respeito aos projetos específicos dos Contratos Locais de Segurança, a tendência é também a de alargar, não ao bairro “a” ou ao bairro “b”, mas a todo o Concelho. -----

----- Portanto, por considerarmos que alguns projetos que têm tido realmente sucesso e de resto devo dizer que foi também uma das razões, porque entendi remeter esse Relatório aqui à Assembleia Municipal. -----

----- Alguém perguntou qual é a componente financeira do Ministério da Administração Interna. Ela não é significativa nem chega sequer a dez por cento de participação. Mas neste caso não é, propriamente, a dimensão financeira que nos preocupa. Aquilo que é fundamental é que o Ministério da Administração Interna, quando se justifica, a Polícia de Segurança Pública, por exemplo, esteja disponível para... e quando falamos mais uma vez na Polícia de Segurança

Pública não estamos a falar em questões de segurança de natureza repressiva, nada disso. Estamos a falar em a própria polícia participar em ações de sensibilização na área, digamos assim, da tal segurança global, de ir a casa de uma família, acompanhar para saber se o menino falta à escola, porque é que faltou à escola. Este tipo de coisas muitas vezes têm mais impacto se a própria Polícia acompanhar. Portanto, a Polícia não é nenhum papão, é bom que olhem para a Polícia como um auxiliar extraordinário e alguém que garante, realmente, segurança e conforto às pessoas.-----

-----Portanto, os projetos de uma forma geral, são financiados pela Câmara, mas há aí um projeto, agora não posso dizer qual, está no Relatório com certeza, uma comparticipação de quarenta mil euros por parte do Ministério da Administração Interna. Portanto, nalguns casos, há a comparticipação, embora seja simbólica, o grosso do financiamento é da Câmara Municipal.---

-----Alguém sugeriu, julgo que foi a Senhora Deputada, e penso que já dei um lamiré sobre esta questão. É claro que este Relatório é enviado ao Ministério da Administração Interna, como será enviado ao Ministério da Educação, como será enviado à Segurança Social, a todas as entidades que, de alguma forma, têm uma relação connosco.-----

-----Agora gostaria de referir, antes de terminar, que estes programas e estes projetos desenvolvem-se num contexto, e alguém falou aqui do problema da inclusão, é mais fácil falar de inclusão do que fazê-la, de inclusão toda a gente fala, agora fazê-la é muito complicado. Isto porque não basta vontade política e nem se faz apenas com dinheiro. A inclusão, muitas vezes também está para além da pobreza, naturalmente, está na cabeça de cada um. E, portanto, a dificuldade muitas vezes é mudar as mentalidades, é intervir naquilo que é a mentalidade da pessoa.-----

-----Eu, por exemplo, ainda há dias assisti naquele programa cómico... como é que ele se chama? Trabalhar quem trabalha ou fazer quem trabalha... ele até é nosso município... o Ricardo Araújo Pereira, exatamente. Em que, a dada altura, faziam uma entrevista a um vereador, não sei de que partido era, em que ele dizia: “Habitação pública, não senhora. Cada um que se governe,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cada um que resolva o seu problema. Eu também comprei a minha casa. Os juros estão altos, isso não é problema nenhum, na altura os juros também eram altos. Cada um que resolva o seu problema.” -----

----- Ora bem, como calculam, aqui nós estamos a milhões de anos-luz dessa visão. E, portanto, entendemos que todos os esforços que fazemos para que as pessoas deste Concelho particularmente as mais fragilizadas se sintam mais felizes, devemos fazer esse esforço e é por isso que muitas vezes, temos que repetir aquilo que fazemos porque, por um lado, alguns não gostam que se saiba o que fazemos, porque gostam de diminuir, mas, por outro lado, há pessoas que precisam mesmo que se insista. Vou-lhe dar um exemplo, ainda há muita gente no Concelho (e é por isso, que nós temos que insistir e repetir), ao nível do Parque dos Cisnes em Miraflores, que insiste que a Câmara e o Isaltino é que são os culpados daquela monstruosidade que ali está. E eu tenho que estar com frequência a dizer que isso vem de setenta e três e depois foi aprovado em oitenta e cinco e a partir daí a Câmara Municipal para não autorizar as coisas tinha que pagar cem milhões de euros de indemnização e conforme temos que insistir aí, também temos noutras áreas. Por exemplo, nós damos um subsídio às pessoas com mais dificuldades, idosas, para terem aquecimento durante o inverno. Pessoas com mais de sessenta e cinco anos, muitas vezes isolados e/ou não têm dinheiro ou não gostam de o gastar, porque são forretas. Às vezes, as pessoas com a idade são mais poupadas, mas nós temos este projeto para financiar as famílias para poderem ter aquecimento e ainda há muita gente que não sabe disto. -----

----- O “Médico em Casa” e eu há dias estava a ouvir um presidente de uma câmara muito importante aqui nossa vizinha, a dizer que agora tinha médico vinte e quatro horas e nós já temos médico vinte e quatro horas não sei há quantos anos. Mas, pelos vistos, aparecem essas novidades de vez em quando, como se fossem os primeiros a ter médico durante vinte e quatro horas. Nós temos médico durante vinte e quatro horas, há muito tempo, há cinco anos e, naturalmente temos os medicamentos, etc., mas muita gente não sabe. De maneira que, quando às vezes divulgamos

isto aparecerão uns que dizem assim: “Olhem, lá estão eles a fazer propaganda.” Ora bem, não é propaganda, realmente é informação. É preciso comunicar às pessoas, portanto, há toda uma gama de medidas que vão de encontro ao combate à pobreza, ao conforto das pessoas e, portanto, mas essa é a dimensão mais fácil porque é dar dinheiro para que as pessoas possam viver melhor. A dimensão mais difícil é justamente esta da intervenção... não é só nos bairros e não se pense que só nos bairros mais... nós falamos nos bairros porque na realidade é onde vivem os oitenses mais pobres, portanto, é natural, porque são aqueles... e, mesmo assim há muitos foram que progredindo na vida e quero dizer que já há muitos... nós vamos ver o parque automóvel de alguns bairros e ficamos surpreendidos e isso é bom. Quero dizer que eu sinto um orgulho enorme, cada vez que vou a um bairro e vejo lá um BMW ou um outro carro dessa marca, porque penso olha, realmente, conseguiram já estarão a pagar a renda no máximo... não pensem também que é assim. Portanto, nesses casos, eu também quero que progridam, porque em vez de estarem a pagar sete ou oito euros por mês, pagam trezentos e tal, trezentos e cinquenta e, portanto, é quase renda acessível já. Portanto, se fosse uma renda acessível pagariam mais ou menos isso. -----

-----Neste caso dos Contratos Locais de Segurança, realmente é uma tarefa muito árdua que exige persistência e continuidade e, portanto, a ideia de trazer este Relatório aqui é realmente para conhecimento, é justo, eu acho que é bom que a Assembleia Municipal tenha conhecimento deste tipo de projetos, destas medidas porque os municia justamente para intervenções futuras, desta matéria. Mas também quero dizer que é a homenagem que eu quero prestar a todos aqueles que no terreno e que felizmente, vi que muitos dos senhores deputados salientaram isso, aquilo que é o esforço dos técnicos da Câmara. Eu não vou aqui citar nomes, mas é uma equipa que às vezes vai mudando, do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal e, portanto, todos eles realmente ao longo deste tempo, com os vereadores e foi aqui citada a Vereadora Marlene, julgo que o primeiro contrato começou com ela, mas não teve assim grande andamento... não isso foi agora o segundo, o último. Não, o primeiro foi assinado no tempo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Paulo Vistas, não venham com histórias, se há coisa que eu tenho é memória. O primeiro Contrato Local de Segurança foi celebrado pelo Doutor Paulo Vistas, era ele o Presidente da Câmara. Acontece que não se sabia bem ainda o que era. Os Contratos Locais de Segurança nessa altura eram muito virados, tinham a tal visão securitária e por isso é que falharam, porque a ideia de que nos bairros não há segurança e a pior falácia que pode haver, porque na realidade não é assim. Já ultrapassei... muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Olhem e agora falha minha porque estava tão entusiasmada a ouvir o Senhor Presidente falar que nem reparei. -----

----- Bem, ouvimos uma explanação daquilo que é o Contrato Local de Segurança, não tem que ser votado e, portanto, penso que está devidamente feita a apreciação do Relatório. Muito obrigada Senhor Presidente pela sua exposição.” -----

----- **APRECIADO** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

----- “Damos por encerrado o Período da Ordem do Dia e temos a inscrição da Senhora munícipe Edite Antunes Pereira que vem falar sobre a burocracia da legalização de pessoas imigrantes ou em tratamento vindas de África. Eu não sei se é algo que poderá dizer respeito à Câmara Municipal, mas de qualquer maneira a Senhora faça o favor, tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. A Senhora Edite Antunes Pereira, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, agradeço a todos que estão presentes e que disponibilizam uns minutos para me ouvir, mas da minha parte é um ato de desespero. -----

----- Até dois mil e dezoito, eu conseguia... eu dou formação em cuidados de saúde, tenho uma empresa de cuidados de saúde e tenho uma IPSS que faz, precisamente, a inclusão das pessoas

com mobilidade reduzida e das pessoas idosas, com vários tipos de desportos. Normalmente quem vem fazer a formação, são pessoas africanas, que vieram ou fazer tratamentos ou vieram por questões familiares.-----

-----Também trabalho com uma associação de jovens africanos que vêm para as universidades, que é a Associação Maense e não há problema porque temos um bom funcionamento. O problema é nas mães que pagam os estudos, porque há uns que têm bolsas e há outros que não têm e as mães têm que pagar. Vêm, às vezes, em tratamento e aproveitam para trabalhar. Vão para casa de familiares, porque em princípio chegam e não têm a sua documentação em ordem e ao fim de uma semana os familiares pedem para as pessoas se irem embora: “arranja trabalho, vai à tua vida porque já estás a ficar cara”. E o que acontece é que por muito que as pessoas queiram a burocracia é tal que não se consegue e eu estou mesmo desesperada. Aliás, este é o segundo local onde venho, porque eu estava tão desesperada que antes do Governo cair fui falar com o Presidente da República, que me atendeu, respondeu-me e disse-me para fazer uma exposição. Só que depois veio a queda do Governo e ele tem mais do que fazer. -----

-----Portanto, até dois mil e dezoito, eu conseguia com o contribuinte, o passaporte, o atestado de residência abrir uma conta, inscrevia as pessoas nas finanças e tudo corria às mil maravilhas. A partir de dois mil e dezoito, veio a invenção da procuração e é mesmo uma procuração. Portanto, a procuração tem que ser passada por uma pessoa portuguesa a uma pessoa que veio de África, porque isto só acontece com os africanos, os refugiados de outros países isso não acontece, é só com os africanos. Portanto, tem que haver um português que se responsabilize. Ora as pessoas não conhecem, não passam procuração nenhuma, o que significa que eu já devo ter cerca de duzentas ou trezentas procurações passadas porque as pessoas vêm fazer formação comigo, precisam de uma procuração e eu proponho-me a passar essa procuração. -----

-----A seguir têm que ter um atestado de residência para abrir uma conta, ora moram num quarto de um familiar não podem ter atestado de residência. Logo, sou eu que tenho que arranjar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma pessoa que alugue um quarto, uma portuguesa, uma senhora de idade, enfim que é o que eu normalmente arranjo e depois essa pessoa propõe-se ir à junta comigo e dizer que aquela pessoa efetivamente mora ali. Depois quando já tem o atestado de residência pode ir à sua vida. Isto quer dizer que estamos a contornar os problemas que a lei nos põe para resolver a situação de trabalho de uma pessoa ou até uma situação médica. Isto porque, as pessoas quando vêm para fazer um tratamento, pensam que vão fazer o tratamento amanhã, mas é tal e qual como nós, esperam dois/três anos para fazer uma intervenção a um joelho ou a uma coisa qualquer. Ora têm que viver, têm que trabalhar e eu não consigo, neste momento, legalizá-las. Isto porque, as finanças pedem uma série de situações e agora quando chego ao banco, independentemente da procuração, eu tenho que ter o papel da CPLP, que foi agora inventado há pouco tempo. Esse papel só é passado, a quem veio há três meses, o que é um absurdo. Isto porque temos imensos africanos aqui, que querem trabalhar, eles vão à Segurança Social que aceita a inscrição de qualquer maneira, sem papel nenhum, basta o passaporte, que é uma coisa que não cabe na cabeça de ninguém e no entanto para tratar do resto da papelada é preciso um papel da CPLP que não se passa há tal pessoa, que está cá há mais de três meses. -----

----- Então, eu ando aqui numa pescadinha de rabo na boca e a semana passada lá consegui, e ainda pedem agora, o cartão do NIF lá da terra. Portanto, tenho que ter o cartão, a procuração de um português que não conhece a pessoa de lado nenhum (ok tudo bem, eu passo), o passaporte, tem que ter ainda a inscrição na Segurança Social e mesmo assim esta papelada não dá para legalizar as pessoas que estão cá há mais de três meses e eu não sei como hei de fazer mais. -----

----- Portanto, pensei recorrer à Câmara, uma vez que a minha empresa pertence a Oeiras, como já recorri há alguns anos ao Doutor Isaltino que me ajudou noutras situações, pode ser que na Câmara eu consiga luzes para pôr as pessoas a trabalhar, porque as pessoas têm que trabalhar, não podem ficar sem fazer nada, postos na rua. Os senhores nem imaginam as situações que eu tenho tido de ter que albergar as pessoas na minha casa porque a família põe os na rua, não está

para os alimentar mais do que uma/duas semanas e eu acho isto um escândalo, nós estarmos todos pacificamente a assistir aos africanos a passarem por nós. Se andarmos de autocarro aqui na nossa zona, entramos no autocarro às seis da manhã...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Já esgotou o seu tempo.”-----

-----A **Senhora Edite Antunes Pereira, munícipe de Oeiras**, respondeu e disse o seguinte:-----

-----“Deixe-me só dizer isto.-----

-----Entramos no autocarro às seis da manhã e às onze da noite vêm as mesmas senhoras de trabalhar. Mas andam todas a monte, ilegalmente. Acho que temos que fazer qualquer coisa, olhe é a tal inclusão, a tal inserção que o senhor falou. A inclusão e a inserção são o foco da intervenção social. Muito obrigada.”-----

5.2. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Eu devo dizer que realmente deixei-a falar, não interrompi, mas nada podemos fazer.

-----A legislação existe, é para se cumprir e a Assembleia Municipal nada pode fazer nesse sentido. Essa situação passa-se com africanos, trata-se de pessoas de outros países e passa-se até com portugueses...”-----

-----A **Senhora Edite Antunes Pereira, munícipe de Oeiras**, interrompeu e perguntou o seguinte:-----

-----“Mas não há um gabinete jurídico na Câmara?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“O Gabinete Jurídico da Câmara não é para tratar dessas questões e até agradeço a sua prova de confiança, mas nós aqui não podemos ajudá-la nesse aspeto. Nada há a fazer. Conheço vários casos de pessoas que inclusive alugam casas, pagam dois meses e com o contrato de arrendamento vão às finanças e depois nunca mais pagam coisíssima nenhuma, vão se embora e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desaparecem, vão à sua vida, porque o que querem, no fundo, é o contrato de arrendamento.-----

----- O Senhor Presidente poderá também usar da palavra, mas devo dizer que a senhora aqui dirigiu-se à Assembleia Municipal e nós, enquanto Assembleia Municipal não a podemos ajudar.” -----

----- **A Senhora Edite Antunes Pereira, munícipe de Oeiras, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu compreendo...há situações muito graves, inclusive com pessoas residentes até no Concelho, pessoas que também têm carências de casas e isto infelizmente é um problema que tentamos resolver. Agora aquilo que nos expôs, realmente não nos compete a nós enquanto Assembleia Municipal, não temos qualquer possibilidade de intervenção. Vou pedir ao Senhor Presidente da Câmara... quer intervir?” -----

5.3. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Senhora Presidente é só para dar uma nota. -----

----- A República tem leis e, portanto, as câmaras municipais não se podem substituir ao Estado naquilo que são responsabilidades do Estado. Portanto, esta é uma matéria que está completamente fora da competência da Câmara Municipal, de qualquer câmara municipal. -----

----- Aliás, quero-lhe dizer-lhe que a Câmara Municipal também tem postos de informação, os chamados CLAIM - Locais de Apoio à Integração de Migrantes, onde os imigrantes podem recorrer justamente para recolher informação sobre como proceder relativamente à obtenção de qualquer ... de uma residência, da nacionalidade, disto, daquilo, etc., mas é um mero gabinete de informação. Isso pode ser. Quanto ao resto não é competência do Município. -----

----- A Câmara Municipal nalguns casos, e por acaso até há aí uma situação com o Hospital São Francisco Xavier ou com o Hospital Santa Cruz, agora não tenho bem presente, em que alguns doentes de Cabo Verde ou da Guiné-Bissau... mas isso tem a ver com acordos celebrados com o

próprio Governo, em que foram disponibilizados alguns apartamentos sobretudo para crianças e os pais, a família, enquanto dura a cirurgia e a parte de convalescença estão nesses apartamentos, dois ou três apartamentos, etc. -----

-----Agora aquilo que a Senhora aqui expôs, é uma questão que sai completamente fora de qualquer responsabilidade das câmaras municipais ou dos municípios. Portanto, é um problema do Estado e o Estado também tem regras. Portanto, tem leis que não são só as do Estado Português. Portanto, nessa matéria a própria União Europeia tem muito a ver com esta situação, o Acordo de Schengen, a possibilidade de as pessoas circularem e muitas vezes criam-se dificuldades aqui em Portugal, justamente com o receio de depois irem para outro país europeu. -----

-----Todo o assunto que a senhora aqui expôs, e repare pode ser confrangedor para quem está envolvido no assunto, porque se envolve emocionalmente, não sei se está a ver. Agora, não é assunto que a Câmara Municipal ou o Município possam ter qualquer intervenção. Agora fazemos possivelmente... fazemos o que muita gente faz, que é ter postos de atendimento e a Câmara tem. Nós temos três ou quatro postos de adiamento onde os imigrantes se dirigem e, naturalmente que a Câmara Municipal providencia a informação necessária para eles poderem, digamos, obter alguma documentação de que necessitam.”-----

5.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, o seu tempo de intervenção terminou e penso que estamos esclarecidos pela situação. Todos nós somos sensíveis a esses problemas e cada tenta resolvê-los, no âmbito daquilo que são as suas competências. Muito obrigada.”-----

5.5. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“A exposição feita por esta munícipe, naturalmente como o Senhor Presidente já disse, tem uma forte componente emocional, mas eu entendo que deveria dizer duas ou três coisas.-----

-----Em primeiro lugar para dizer que algumas destas normas restritivas resultam, infelizmente, daquilo que é um problema grave que a Europa atravessa, e também Portugal, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tráfico de pessoas que é, aliás, ainda muito recentemente, no Alentejo, como sabem, levou ao envolvimento de várias unidades dos nossos agentes de segurança, com resultados que todos conhecem e, portanto, a questão, de facto, deve-se colocar nesse sentido. -----

----- O problema, muitas vezes, é o caso particular, o caso individual e aquilo que a Senhora aqui relatou. Infelizmente, também nem todos têm amigos que podem em catorze dias obter a nacionalidade ou depois, de facto, obter tratamentos que não teriam direito noutras condições. Isso é uma outra questão que, de facto, não vou mais longe nem em pormenor, todos nós conhecemos isso, das notícias que não foram até agora desmentidas. Agora certo que esta senhora teria que em tempo, nomeadamente, dirigir esta sua reclamação, talvez menos ao Presidente da República que não é um órgão executivo, mas pelo menos junto do Grupo Parlamentar que sustenta o Governo, poderia tendo maioria absoluta resolver. Disse.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:-----

----- “Mais algum, Senhor representante de Grupo Político pretende usar da palavra. Não? Então muito boa noite.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e vinte minutos.--

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente, -----

-----O Primeiro Secretário, -----

-----O Segundo Secretário, -----

